

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA.

RAYARA MOURA HERCULANO

**A ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA NO BRASIL: Uma Análise
Sob o Olhar de Frederico Leopoldo César Burlamaqui.**

Picos – PI

2015

RAYARA MOURA HERCULANO

**A ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA NO BRASIL: Uma Análise Sob o Olhar
de Frederico Leopoldo César Burlamaqui.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Picos – PI

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

H539e Herculano, Rayara Moura.

A escravidão doméstica no Brasil: uma análise sob o olhar
de Frederico Leopoldo César Burlamaqui / Rayara Moura
Herculano. – 2014.

CD-ROM : il; 4 ¾ pol. (59 f.)

Monografia(Licenciatura Plena em História) – Universidade
Federal do Piauí. Picos-PI, 2014.

Orientador(A): Prof. MSc. Francisco Gleison da C Monteiro

1. Escravo - Brasil 2. Negros. 3. Sociedade. I. Título.

CDD 981.04

RAYARA MOURA HERCULANO

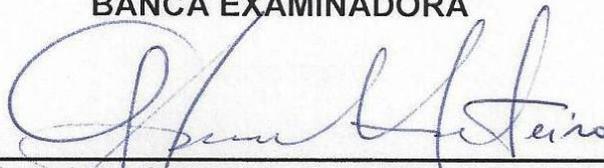
**A ESCRAVIDÃO DOMÉSTICA NO BRASIL: Uma Análise Sob o Olhar
de Frederico Leopoldo César Burlamaqui.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí, como requisito necessário para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof.Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Data 08/01/2015

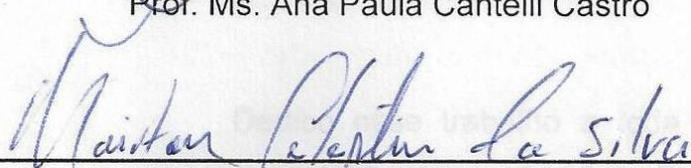
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Francisco Gleison da Costa Monteiro (Orientador)



Prof. Ms. Ana Paula Cantelli Castro



Prof. Ms. Mairton Celestino da Silva

Dedico esse trabalho a toda minha família, e em especial à minha mãe Maria Edileuza Moura.

“Para concluir com um comentário pessoal, foi doloroso escrever este livro, e caso eu tenha feito alguma justiça ao tema, lê-lo também o será. Não há como se evitar isso, nem deve haver. Dedico este estudo, com a maior reverência, àqueles que sofreram uma violência quase inimaginável, terror e morte, com a firme convicção de que devemos lembrar que tais horrores sempre estiveram, e ainda estão na base do desenvolvimento do capitalismo global”

Marcus Rediker

AGRADECIMENTOS

A Deus que guia meus passos e minha vida. Ao meu pai (em memória) que sempre sonhou junto comigo, à minha mãe sempre me apoiando nos momentos pelos quais mais preciso, pelo amor e exemplo de vida que eles representam para mim, e a todos os meus familiares.

Aos professores, pela atenção, paciência e pelas oportunidades que me proporcionaram para que eu pudesse crescer intelectualmente, sendo verdadeiros amigos durante todo esse tempo de universidade. Em especial aos professores Johny Santana e Francisco Gleison da Costa Monteiro, pela dedicação e preocupação em ajudar-me a realizar este trabalho da melhor maneira possível.

E a todos os meus amigos que pude contar durante todo este tempo. A todos, que de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico e a construir os grandes momentos de minha vida.

RESUMO

Esta pesquisa trata-se de uma análise bibliográfica a respeito da visão da escravidão na concepção do intelectual Frederico Leopoldo César Burlamaqui, em sua obra “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos e a Cerca da Escravidão Domestica” que discorre sobre o atraso e a falta de prosperidade na estrutura econômica e social do Brasil acarretados pelo comércio de escravos e pela prática escravista. Ao longo deste trabalho me proponho a analisar quem foi Burlamaqui, qual a relevância de seus serviços prestados á Nação, de qual lugar social Burlamaqui estava escrevendo e a quem o autor direciona seu discurso.

Palavras-chave: Escravo, Negros, Brasil, Sociedade, Escravidão.

ABSTRACT

This research deals with is a literature review about the vision of slavery in the design of intellectual Frederick Leopold Burlamaqui Caesar in his book "Memory Analytica the fence Commercio d'Slaves and the Fence of Slavery Domestica" which talks about the delay and the lack of prosperity in economic and social structure of Brazil posed by the slave trade and the slave practice. Throughout this paper I propose to analyze who was Burlamaqui, the relevance of their services will Nation, of which Burlamaqui social place was writing and to whom the author directs his speech.

Keywords: Slave, Blacks, Brazil, Company, Slavery.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Frederico Leopoldo César Burlamaqui	18
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. FREDERICO LEOPOLDO CESAR BURLAMAQUI: A NOTÁVEL PARTICIPAÇÃO DE UM INTELLECTUAL PARA A “CONSTRUÇÃO” DE UMA NAÇÃO NO SÉCULO XIX	18
1.1 Breve apresentação do Autor	18
1.2 A Importância da Atuação de Burlamaqui	19
1.3 As Questões Sociais e o Desejo de Burlamaqui de Reestruturar as Bases Políticas e Econômicas do País.....	20
2. PRECONCEITUOSO OU ABOLICIONISTA? O DISCURSO ELABORADO DE BURLAMAQUI CONTRA A ESCRAVIDÃO	28
2.1 Introdução à “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos”	28
2.2 O Primeiro Capítulo e Suas Contradições: O Comércio de Escravos e os “ <i>Sophismas</i> ”.....	31
2.3 O Segundo Capítulo: Nossos Escravos, Nossos Costumes	38
2.4 Terceiro: O Capítulo dos trabalhadores, escravos e livres lutam pela sobrevivência	42
2.5 O Desenvolvimento Econômico Sem a Presença de Escravos: A parte conclusiva da obra	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
FONTES.....	58

INTRODUÇÃO

Trataremos nesta pesquisa sobre a escravidão no Brasil, no entanto, é importante destacar que tal prática esteve presente em muitos lugares. Na produção historiográfica a respeito da escravidão no Brasil, é possível encontrar correntes que tentam justificar a utilização do negro, devido a sua “inferioridade” e submissão. Partindo do pressuposto de que estes negros já estavam habituados à escravidão, no Brasil seria um benefício para estes escravos, pois eles seriam resgatados de um lugar cruel, de uma terra de “bárbaros”, e trazidos para uma terra “harmoniosa” e para uma escravidão mais humana e cristã.

Ao contrário desta visão otimista, de análises culturalistas, à cerca da escravidão brasileira, tratada como dócil e não-extremada por alguns historiadores, a concepção de racismo, para Frederico Leopoldo César Burlamaqui – fonte principal desta pesquisa – ainda no século XIX, traz à luz argumentos que justificam o atraso no desenvolvimento da estrutura social brasileira, devido à inserção de escravos como agentes subordinados a um sistema que negligenciava o direito à liberdade e os obrigava a viver em condições subumanas, cruéis e de violência.

A escravidão tem como característica peculiar, a absoluta falta de opção por parte dos escravos, bem como a total subordinação aos caprichos do seu senhor. A escravidão se transformou ao longo dos séculos, passando de um estado marginal da sociedade para uma instituição fundamental, fazendo relação entre a organização social e o processo produtivo. No século XIX, o negro passou a ser assunto de reflexão entre os intelectuais, passando por diferentes abordagens, como por exemplo, a imagem estereotipada e até romantizada dos abolicionistas, confrontava-se com a representação do elemento servil e com as teorias raciais vigentes.

Já no início do século XIX, o tráfico de escravos da África tinha assumido proporções gigantescas e, então, a primeira das modernas migrações mundiais. A migração escravista tornou-se uma organização complexa, pois eram necessários recursos e infraestrutura para deslocar grande número de pessoas contra a sua vontade. Daí a necessidade de Frederico Leopoldo César Burlamaqui em fazer uma análise sobre o comércio de escravos e sobre a inserção do elemento negro, “inconveniente” que causaria prejuízos duradouros aos nossos hábitos e aos nossos

costumes, e ainda, os malefícios que o sistema da escravidão gerava, causando enfermidades permanentes na estrutura social brasileira.

Neste tema, proponho-me a analisar assuntos relevantes levantados pelo autor, tais como, os inconvenientes trazidos por este abuso, a relação que o autor faz entre a escravidão doméstica e a falta de prosperidade do país, a desmoralização dos costumes e das práticas sociais, a falta de estabilidade das instituições, e como o autor direciona seu discurso a fim de convencer e persuadir que a domesticação de escravos estava longe de ser um benefício, mas sim, caracterizava-se como uma ameaça à existência de uma “numerosa raça de inimigos domésticos”.

As inquietações que me levaram a indagar sobre o tema foram justamente a leitura de textos que me faziam enxergar um Brasil inventado pelos europeus, principalmente os portugueses, trazendo consigo costumes que foram inseridos em terras brasileiras, estas questões estão diretamente ligadas ao discurso proferido por Frederico Leopoldo César Burlamaqui, que apresenta uma visão precoce acerca do fim da escravidão, oferecendo argumentos que confirmam os efeitos maléficos da introdução de escravos no Brasil, em um período em que a abolição ainda não era um tema recorrente no país. Tais questões, voltadas para a formação social no século XIX, devem ser analisadas cuidadosamente, pois em 1837 – ano em que foi publicada a obra – o Brasil ainda caminhava para a formação de suas bases, enquanto Nação. Devo enfatizar que meu interesse maior por esta obra é, justamente, por ter sido escrita por um intelectual, tão importante em sua época, mas que, porém, encontrava-se esquecido (ou até desconhecido) no meio de tantas “Histórias do Brasil”.

Burlamaqui prestou relevantes serviços à Nação e, embora tenha crescido no interior do Piauí, na cidade de Oeiras, o assunto desta pesquisa é tratar de sua obra, como já foi dito, não em nível de Piauí, e sim quanto à sua relevância para o país. É de fundamental importância, o conhecimento de agentes históricos que fizeram parte da formação do Brasil, mas que foram esquecidos nos caminhos da história.

A ideia de falar sobre este tema surgiu com o meu interesse em estudar sobre a formação das bases sociais do país, sob o olhar de indivíduos do interior para a capital – e não ao contrário – assim, ao ser “apresentada” a Frederico Leopoldo César Burlamaqui, minha reação não poderia ter sido outra, senão a de

fascínio. O racismo, infelizmente, apresenta-se ainda como uma questão atual, então a presença do preconceito com o negro livre nos dias de hoje, me motivou a pesquisar sobre sua influência e porque o preconceito ainda é um assunto tão recorrente.

Minha primeira e principal fonte para a realização deste trabalho foi o livro de Burlamaqui “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos”. E a respeito de sua vida, pouco ou nada constava em outras pesquisas, livros, e historiografias, então, recorri ao uso de sites da internet que me forneceram algumas informações, embora vagas – a respeito do autor.

Não foi um caminho fácil. Se por um lado havia o obstáculo da falta de informações sobre o autor, por outro lado, havia uma infinidade de fontes que tratavam sobre a escravidão no Brasil. Então, a cada leitura havia um novo desafio, não foi fácil traçar uma linha reta até Burlamaqui, deixando de lado outros tantos caminhos que a escravidão tomou. A historiografia sobre a escravidão, seja no Brasil ou qualquer outro país, era a mais controversa possível, então encontrar uma alternativa para não fugir ao tema, sem que este trabalho fosse uma mera reprodução de outros conhecimentos foi um dos maiores percalços, mas que me possibilitou uma ampla visão sobre o assunto, ajudando assim, no desenvolvimento das ideias e nas minhas conclusões acerca deste tema.

A bibliografia foi de fundamental importância para que eu pudesse ter embasamento teórico sobre a escravidão e sobre a formação social e política do Brasil. Fazia-se necessário entender o lugar social de quem fala, analisando o contexto no qual este agente histórico estava inserido, pois vale lembrar que nós, enquanto historiadores deveram manter o distanciamento necessário do nosso objeto de estudo, de modo a não deixar nosso olhar contemporâneo interferir na análise de práticas comuns à sua época. Estamos sujeitos a analisar a cultura de um lugar particular, fazendo da abordagem cultural, a análise de uma prática localizada. A esse respeito Michel de Certeau diz que:

Não podemos, portanto, discutir a cultura assim como seus aspectos globais, sem reconhecer, em primeiro lugar, o fato de que tratamos desse assunto apenas segundo um certo lugar, o nosso. Nunca podemos obliterar nem transpor a alteridade que mantêm, diante e fora de nós, as experiências e as observações ancoradas alhures, e outros lugares. (CERTEAU, 1995, p. 222)

Nesse sentido, faz-se necessário discutir a respeito da dinâmica da escravidão, pois envolvia a interação entre as forças da abolição e as da difusão da escravidão na África, que estava no seu auge, e segundo Paul E. Lovejoy:

Por um lado, a capacidade de escravizar as pessoas estava no seu auge, e a utilização interna de escravos era muito intensa. Por outro lado, os abolicionistas exerciam uma pressão cada vez maior sobre as sociedades africanas, levando à uma série de conflitos que estavam intimamente conectados com a imposição do colonialismo. (LOVEJOY, 2002, p. 217).

Assim como no caso africano, no Brasil a escravidão também se transformou em instituição, o que afetou diretamente a estrutura da sociedade, os escravos tornaram-se o maior componente da mão-de-obra tanto agrícola, quanto doméstica. Assim, *“a maior utilização de escravos nos meios de produção demonstra uma adaptação à economia mundial do século XIX”* (LOVEJOY, 2002, p. 363).

É preciso contextualizar a situação da escravidão em caráter mundial para que se possa analisar quais influências essa prática trouxe para a economia brasileira. Assim como faz Frederico Burlamaqui, que julga que o escravo passou a ser um componente importante, porém desnecessário, da produção, LOVEJOY conceitua:

O conceito de “modo de produção”, por conseguinte, envolve uma interação complexa entre economia, sociedade e estado de uma forma que reproduz essas relações. Os ingredientes essenciais incluem a predominância da mão-de-obra escrava em setores essenciais da economia, o desenvolvimento das relações de classe baseados em serem os escravos relegados ao fundo da ordem social, e a consolidação de uma infraestrutura política e comercial que possa manter essas formas de exploração. Os escravos não precisam predominar em todos os setores da economia, mas precisam estar envolvidos na produção, independente de outras funções que eles possam desempenhar. Os proprietários de escravos podem ter várias fontes de renda, mas uma parcela substancial deve derivar das atividades relacionadas com a escravidão, o tráfico de escravos e a apropriação do produto do trabalho escravo. (LOVEJOY, 2002, p. 396).

Além disso, não se pode negligenciar o fato de que os escravos passaram pela experiência da escravidão não apenas nas Américas, mas também na África, aonde a emancipação veio muito mais tarde. No caso brasileiro, a produção historiográfica se diverge em algumas correntes. Há uma discussão valorativa a respeito da escravidão e a respeito da atitude do cativo frente à sua condição

escrava. A partir de fins do século XIX, a figura do negro começa a ser constantemente questionada na historiografia, assumindo basicamente duas posturas: *“A primeira que acentua o caráter passivo e dócil do negro, e a segunda, que ao tentar refutar a primeira, termina por cair no outro extremo, fazendo do escravo negro um verdadeiro herói”* (SCHWAREZ, 1957, p. 20).

Sobre a questão abolicionista, há polêmicas acerca da participação efetiva dos escravos no movimento abolicionista, ou se foram controvérsias entre facções da camada dominante branca.

Além da escravidão, foi preciso entender a situação política e econômica que o país se encontrava. Pois fomos de Colônia à Império, sem que esta situação mudasse. Para tanto, procurei autores que falassem sobre o Brasil Colônia e Império, como é o caso de Maria Odila Leite da Silva Dias sobre a Interiorização da metrópole e questões luso-brasileiras; Emillia Viotti da Costa que, entre outras considerações, falava justamente, desse momento de transição política.

Também foram de fundamental importância, intelectuais como José Murilo de Carvalho que ajudou a elucidar questionamentos acerca da evolução política e da organização social do país. Assim como as teorias raciais que davam um norte à formação de “identidade Nacional”, tratados por autores como Jurandir Freire Costa e Lilia Moritz Schwarcz. Estes pesquisadores foram de fundamental importância para o entendimento sobre o que Burlamaqui estava se referindo. Além disso, o acervo digitalizado da Biblioteca e do Museu Nacional, o seu acervo de obras raras, seus periódicos foram de fundamental importância para o conhecimento da vida e obra de Burlamaqui.

No Capítulo I, **“Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui: A Notável Participação De Um Intelectual Para a “Construção” De Uma Nação No Século XIX”**, procurei mostrar quem foi Burlamaqui, qual a sua contribuição para o país, seja nos seus escritos, seja na sua administração em Sociedades, Conselhos e Entidades públicas, mostrar os caminhos pelos quais a escravidão atravessou, afetando a política, a economia, a cultura e a sociedade brasileira. Procurei também mostrar qual era a opinião da elite dominante em relação à presença de escravos, que deteriorava o sonhado plano de civilização. Abrindo, assim, caminho para o próximo capítulo que trata da análise da obra de Frederico Leopoldo César Burlamaqui.

No Capítulo II, **“Preconceituoso Ou Abolicionista? O Discurso Elaborado De Burlamaqui Contra a Escravidão”**, busquei analisar todo o discurso do autor, seus direcionamentos e suas opiniões, empregadas a fim de convencer toda uma Nação sobre os malefícios da escravidão. Procurei fazer minha análise investigando cada capítulo escrito pelo autor, de modo que as suas conclusões presentes nos temas de cada parte da obra fossem discutidas e comentadas na íntegra. Mais que um quadro repetido sobre a escravidão, neste capítulo mostro qual era a situação atual (1837) que o autor criticava com paixão e tentava à todo custo refutar.

1. FREDERICO LEOPOLDO CESAR BURLAMAQUI: A NOTÁVEL PARTICIPAÇÃO DE UM INTELLECTUAL PARA A “CONSTRUÇÃO” DE UMA NAÇÃO NO SÉCULO XIX.

1.1 Breve Apresentação do Autor.



Figura 1. Frederico Leopoldo César Burlamaqui
Fonte: Google imagens

Filho do tenente Carlos César Burlamaqui e de Dorotéia Adelaide Ernesta Pedegache da Silveira, ambos portugueses, Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui nasceu em 16 de novembro de 1803, no entanto, as pesquisas sobre a vida do autor são contraditórias em relação ao seu lugar de nascimento, pois alguns relatos constam que Burlamaqui nasceu na cidade de Oeiras – PI, outros que ele tenha nascido em Portugal na mesma data e pouco após completar os dois anos de idade, Burlamaqui tenha chegado ao Brasil em 1806 por ocasião da nomeação de seu pai a capitão-mor da capitania de São José do Piauí.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César – n. 16-12-1803 - Oeiras (PI), f. 13-01-1886 - Rio (RJ). Filho do coronel Carlos César Burlamaqui e da sua primeira esposa Dorotea da Silveira Pedagoche. Militar, botânico, mineralogista, matemático e escritor. Brigadeiro reformado. Pertenceu à Academia Nacional de Belas-Artes, ao Instituto Histórico Brasileiro e a outras sociedades literárias e científicas do Brasil e do exterior. Bibliografia: “Resumo Estatístico Histórico dos Estados Unidos da América Setentrional”; “Memória Analítica Acerca do Comércio de Escravos e dos Males da Escravidão Doméstica”; “Riquezas Minerais do Brasil”; “Manual da Cultura, Colheita e Preparação do Tabaco”; “Monografia do Cafeeiro e do Café”; “Monografia do Algodão”, e muitos outros trabalhos. (MUSEU NACIONAL)

Frederico Burlamaqui aderiu ainda jovem à carreira militar, cujo início coincidiu com a eclosão da Revolução Pernambucana em 1817, quando partiu com os fuzileiros da corte para sufocar a revolta; regressando ao Rio de Janeiro, foi promovido a alferes. Na década seguinte, já graduado tenente, matriculou-se na Escola Militar onde se formou como engenheiro. Com a introdução das disciplinas de Geologia, Montanística e Metalurgia, Burlamaqui foi efetivado em 1846 e assumiu a cadeira de Geologia que ocupou até aposentar-se em 1857.

Laureado na década de 1840 para diretor do Museu Nacional e da 3ª seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas da mesma instituição, permaneceu no cargo até seu falecimento em 13 de janeiro de 1866, vítima de tuberculose. No mesmo ano foi inaugurado seu busto na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Frederico Leopoldo César Burlamaqui doutorou-se em ciências matemáticas e naturais pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Atuou em diversas áreas de conhecimento e publicou inúmeros trabalhos. Em 1860, a administração do Jardim Botânico passou ao Ministério da Agricultura e Obras Públicas. E posteriormente a administração passou a Frederico Leopoldo César Burlamaqui que o dirigiu de 1861 até 1862. No ano em que assumiu, o Jardim Botânico foi anexado ao Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado no ano anterior.

Crescido nos sertões nordestinos, berço da megafauna pleistocênica brasileira, Burlamaqui descobriria cedo o interesse pela paleontologia. Em uma viagem que fez com seu pai à Bahia quando tinha apenas oito anos. Em 1847, Frederico Leopoldo César Burlamaqui, empossado diretor do museu, começou a modificar a situação do acervo paleontológico, formaria assim, um rico acervo representativo da paleontologia do Nordeste brasileiro graças à correspondência com os representantes das distintas províncias nacionais, e também de outros

países, em que solicitava a remessa de material fossilífero para a instituição. A incansável atuação de Burlamaqui na formação desse acervo, somado ao seu grande interesse pelos fósseis, o levou a publicar o primeiro artigo em um periódico nacional sobre a megafauna pleistocênica do Brasil. Por esses motivos e seu incentivo ao estudo da paleontologia no país, Burlamaqui pode ser considerado como o primeiro paleontólogo brasileiro.

Na geologia, Frederico Leopoldo César Burlamaqui se destacou. Lecionou mineralogia por 20 anos. Foi Diretor do Museu Nacional e sob a sua administração (1847-1866), para o Museu foram remetidas obras de ciências naturais que existiam em duplicatas na Biblioteca Nacional. Atuou na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Apoiou fortemente a agricultura. Participou como fundador da Sociedade Vellosiana e publicou inúmeros trabalhos dedicados às ciências geológicas.

Matemático e escritor, Brigadeiro reformado. Pertenceu à Academia Nacional de Belas-Artes, ao Instituto Histórico Brasileiro e a outras sociedades literárias e científicas do Brasil e do exterior. Dentre sua grande produção bibliográfica podemos destacar: “Resumo Estatístico Histórico dos Estados Unidos da América Setentrional”; “Memória Analítica Acerca do Comércio de Escravos e dos Males da Escravidão Doméstica”; “Riquezas Minerais do Brasil”; “Manual da Cultura, Colheita e Preparação do Tabaco”; “Monografia do Cafeeiro e do Café”; “Monografia do Algodão”, “Ensaio sobre a regeneração das raças cavallares do imperio do Brasil” e muitos outros trabalhos.

1.2. A Importância da Atuação de Burlamaqui.

Voltado principalmente para o estudo das ciências naturais, o Museu Nacional esteve sob a administração de diversos estudiosos, dentre eles Burlamaqui, nomeado em 16 de junho de 1847. No decorrer de suas primeiras décadas de formação, o Museu Nacional do Rio de Janeiro carecia de produtos naturais, inclusive fósseis, resultando em coleções com número reduzido de exemplares, principalmente nacionais.

É importante ressaltar que a criação da biblioteca não significou que seus livros estivessem acessíveis ao público. Embora os diretores do Museu reconhecessem a necessidade de permitir a consulta pública ao livro, a biblioteca

era reservada aos funcionários do Museu. Dois imperativos tornavam o acesso restrito: a falta de espaço para o leitor e a catalogação completa das obras. Nos relatórios anuais dos diretores do Museu isso fica evidente. Era preciso, portanto, criar um espaço destinado unicamente ao leitor. Tal solicitação permaneceu presente nos relatórios da Direção nos anos seguintes, sendo a biblioteca franqueada ao público, a partir de 1879, quando da criação do regimento interno do Museu. (FERNANDES, EWBANK, SILVA e HENRIQUES).

Segundo dados do Museu, sob a administração de Burlamaqui houve um grande crescimento do acervo, tal medida já tinha sido proposta em 1831 pelo ministro da época, mas não fora executada. Também sob esta gestão, objetos de coleções zoológicas e mineralógicas que existiam em duplicatas no Museu passaram a serem trocados por publicações de instituições estrangeiras. Além disso, diversas doações foram realizadas. Porém, expressiva foi à transferência da biblioteca da Comissão Científica de Exploração do Ceará para o acervo do Museu Nacional em 1863: a estimativa de dois mil volumes transferidos para a biblioteca do Museu teria elevado para mais de três mil o número total de volumes do seu acervo. Ademais, as condições materiais dos livros doados chamaram a atenção do diretor do Museu.

Além de suas atividades no museu, Burlamaqui ocupou outras funções. Foi membro do conselho e secretário perpétuo da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional de 1849 a 1853, membro e secretário da comissão organizadora da 1ª Olimpíada da Indústria ocorrida em 1861, secretário do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, diretor do Jardim Botânico de junho de 1861 a agosto de 1862, onde substituiu a mão-de-obra escrava por trabalhadores remunerados, membro da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, e secretário da Sociedade contra o Tráfico dos Africanos e Promotora da Civilização e Colonização dos Indígenas, fazia severas críticas do tráfico, além de colaborar com periódicos de cunho antiescravista.

Redigiu diversos artigos e manuais didáticos, sobretudo no *O Auxiliador da Indústria Nacional*, jornal mensal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, do qual também foi redator. Neste âmbito, Burlamaqui contribuiu com artigos de natureza agrícola e outros que refletiam o contexto social da época como Trabalho livre, onde argumentou sobre o prejuízo econômico causado pelo uso de mão-de-obra escrava. Publicou também artigos nos Trabalhos da Sociedade Velloziana, da

qual era sócio efetivo, e em revistas de diversas sociedades, mas foi seu artigo Notícia acerca dos animais de raças extintas descobertos em vários pontos do Brasil, publicado em duas partes pela referida sociedade, em 1855 e em 1856, que se constituiu na primeira publicação sobre fósseis brasileiros em um periódico nacional. No texto, teceu comentários sobre os primeiros exemplares descobertos em território nacional e descreveu sucintamente alguns fósseis adquiridos pelo museu. A importância desta publicação inédita reforça o papel inovador desempenhado por Burlamaqui no estudo da Paleontologia brasileira.

Essa é apenas uma breve apresentação que faço do autor, ressaltando ser um piauiense, porém, esta não se trata de uma pesquisa biográfica e volto minha atenção à sua obra “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos e a Cerca da Escravidão Domestica”.

1.3. As Questões Sociais e o Desejo de Burlamaqui de Reestruturar as Bases Políticas e Econômicas do País.

Raça é um dado científico e corporativo para os museus; transforma-se em fala oficial nos institutos históricos de finais do século; é um conceito que define a particularidade da nação para os homens de lei; um índice tenebroso na visão dos médicos. O que se percebe é como em determinados contextos reelaboram-se símbolos disponíveis dando-lhes um uso original. Se a diferença já existia, é nesse momento que é adjetivada. (SCHWARCZ, 1957, p. 242)

Diante do vasto conhecimento de Burlamaqui em tratar de assuntos políticos e econômicos do país, o intelectual viu um grande empecilho para o desenvolvimento da sociedade que se pretendia formar e civilizar sem a presença de escravos. Assim como outros manuais escritos, a “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos e a Cerca da Escravidão Domestica” de Burlamaqui, deveria funcionar como norteadora de uma nova forma de se pensar a prosperidade e o futuro do país. Burlamaqui utilizou-se de vários argumentos econômicos para mostrar aos senhores o quanto era desvantajosa a escravidão.

O império do Brasil nasceu, entre outros fatores, profundamente marcado pela experiência secular da escravidão e por uma apurada redefinição das formas governamentais em Portugal e no Brasil. Burlamaqui pretendia ir além da crítica ao

tráfico, tecendo vários argumentos contrários ao sistema escravista, ligando assim o término daquele comércio internacional ao fim gradativo da escravidão.

Diversas vertentes de crítica podem ser encontradas nos textos publicados, muitas das quais estavam baseadas no antiescravismo, e ora se direcionavam para o apelo à moral e à religião, por motivos humanitários, ora retomavam a justificativa econômica, considerando que tal sistema de trabalho gerava mais perdas do que ganhos quando comparado ao uso da mão-de-obra livre. É interessante ainda ressaltar que a memória de Burlamaqui serviu de apoio aos liberais e que sustentava o fim do tráfico. O autor viria em nome da sociedade, defendendo assim a causa liberal.

A situação de instabilidade criada por esses fatos e pela emergência de insurreições escravas no início do século XIX, em partes da América, influenciou os letrados brasileiros e viajantes estrangeiros que começaram a construir uma série de concepções, principalmente sobre os perigos a que estava submetido o sistema escravista colonial brasileiro. Fica clara a força assumida pela revolução haitiana, enquanto um temor real por parte dos letrados e viajantes, de que um evento parecido pudesse ocorrer no Brasil, mas principalmente como instrumento para propor reformas no sistema escravista, em um momento em que a própria instituição da escravidão estava sofrendo os primeiros questionamentos.

No Brasil, do início do século XIX, ainda não se poderia falar em classe social num sentido forte; ou seja, grupos sociais populares com alguma consciência de pertencimento de classe. Não apenas aos escravos faltavam os requisitos indispensáveis para formação de uma classe social, a população livre das camadas médias e inferiores também não era capaz de dar coesão social e possibilidades de uma eficiente atuação política. Havia nela disparidade de interesses, formando simples aglomerados de indivíduos.

A então “cidadania” pretendida para o Brasil apresentava características nos moldes dos interesses políticos vigentes. Assim, MATTOS (2004) fala sobre o cuidado em tratar da formação do “povo brasileiro” neste período:

[...] é preciso delinear, primeiro, o complexo jogo classificatório/identitário que se abriria nas terras da antiga América Portuguesa com a decisão da emancipação política. Especialmente, desse processo surgiria o “brasileiro”, contrastado desde o início com

a produção concomitante de dois estrangeiros cotidianos: o português e o africano. (MATTOS, 2004, p. 19).

Segundo MATTOS (2004), nas sociedades do Antigo Regime as desigualdades sociais eram “construções divinas”, em que a diferença de cor e características físicas, apesar de reforçarem as marcas hierárquicas, não era a única justificativa para a existência de sociedades escravocratas.

E não se tratava apenas de uma questão religiosa, pois durante o século XIX, entraram em evidência argumentações biológicas de teorias raciais que buscavam naturalizar algumas das desigualdades sociais, justificando as restrições dos direitos civis, pois as novas concepções requeridas pelo liberalismo colocavam em choque dois termos antagônicos “cidadania e escravidão”. Nesse sentido, a noção de raça é uma construção social ligada “às *contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais*”, para dar conta do dilema teórico existente entre escravidão e liberalismo no Império brasileiro.

As concepções deterministas desenvolvidas na Europa, faziam com que a visão de liberdade no Brasil, se confrontasse com a existência de um sistema escravista que negava o direito mínimo de inclusão social. Nota-se que a constituição de uma “identidade racial” brasileira traz à luz questionamentos sobre a sua influencia no potencial civilizatório de uma nação. Assim sendo, Lilia Moritz Schwarcz diz que:

Assim, se durante muito tempo o problema parecia camuflado, substituídos por preocupações mais imediatas, nesse momento retornava a questão do elemento negro agora sob o ponto de vista da “sciencia”, que emergia então enquanto autoridade crescente frente ao social, especialmente no que tangia aos problemas raciais. A partir de então o negro será entendido enquanto um problema não só social, na medida em que se considerava que sua herança étnica poderia inferir negativamente nos destinos de nosso povo. (SCHWARTZ, 1957, p. 23).

Ao estabelecer diretrizes nos estudos do negro no Brasil, deve-se levar em conta a desinformação sobre a África, sua história e a sua complexidade cultural, que gera sentimentos de desagregação no povo afro-brasileiro e desenvolve um processo de negação na sua origem em função de uma história expropriada do continente africano.

O texto de Burlamaqui repercute suas afinidades com a sociedade contra o tráfico, o problema está na introdução do infame comércio feito pelos portugueses;

na insegurança gerada pela entrada de um grande número de africanos; no atraso econômico que a escravidão suscita; na sua contradição com os preceitos da religião cristã; em sua nociva influência sobre os bons costumes; na má qualificação do trabalho escravo, por ser o cativo ignorante e incapaz; nas vantagens do trabalhador livre; e, por fim, nos entraves que a escravidão cria para a formação de uma nação. A escravidão, diz, é "antissocial", mas adverte que esse mal não poderia ser suprimido de uma hora para outra:

Que a abolição deve ser lenta é evidente; se fosse o contrário o país se arruinaria, sem que os próprios libertados ganhassem muito. Para emancipar os escravos sem seu prejuízo e da sociedade, era preciso fazê-los primeiramente dignos da liberdade, convertendo-os gradualmente de simples máquinas em homens ativos, ilustrados quanto possa ser, e laboriosos.

As teorias raciais então começavam a emergir, e se transformam em um argumento de sucesso para o estabelecimento de critérios diferenciadores de cidadania, bem como meio de pensar um projeto civilizatório para o país, além de legitimarem as diferenças sociais da antiga ordem escravocrata. Para SCHWARCZ (1993), entender as vigências e absorção das teorias raciais no país se faz necessário para refletirmos sobre a originalidade do pensamento racial brasileiro no esforço de adaptação "ao modelo de sucesso Europeu" do século XIX, no que diz respeito ao ideal civilizatório. Apesar de chegar tarde ao Brasil, as teorias raciais são acolhidas com entusiasmo pela reduzida elite pensante nacional dos diversos estabelecimentos de ensino e de pesquisa da época. Nesse sentido, o que importa é a compreensão de "*como o argumento racial foi política e historicamente construído, assim como o conceito "raça" que além de sua definição, biológica acabou recebendo uma interpretação, sobretudo social.*" (p. 17).

Além dos males diretos à acumulação de capital, a escravidão acarretaria males indiretos, como a aversão dos homens livres pelo trabalho, isso fazia com que toda a produção acabasse feita por escravos. Diante do desinteresse dos senhores, os escravos eram ensinados por outros escravos, estabelecendo-se um círculo vicioso. O progresso impulsionado pela divisão do trabalho e pelo uso de máquinas encontrava assim, na escravidão, um obstáculo invencível. Burlamaqui dizia que a abolição da escravidão era necessária para fazer a população livre multiplicar-se produzindo os meios de sua própria subsistência.

A *Memória analítica* continha as principais diretrizes do programa defendido por periódicos da época como *O Philantropo* e pela Sociedade contra o Tráfico, e não resta dúvida de que parte do ideal de emancipação que se delinearía nas duas décadas posteriores, na proposição da Lei do Ventre Livre, ainda se fixaria no mesmo conjunto de ideias.

A “*Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos*” escrita por Burlamaqui, se refere a um período em que a abolição da escravidão ainda estava longe de ser um tema recorrente entre as elites políticas. Vendo esta situação, o autor inquietou-se, não podendo ele mesmo acreditar que o povo brasileiro estivesse tão acomodado e envolvido em um jogo de interesses ilustrados, em face da situação que ameaçava a ordem do país.

Mas afinal qual era a real intenção de Burlamaqui? Livrar o país da “barbárie” ou livrar os negros da falta de humanidade? É sob esses questionamentos que o próximo capítulo se desenvolve, analisando os métodos que o autor usou para tentar convencer a população brasileira e quando digo população digo em termos gerais, pois ora ele direciona sua preocupação para o Estado e sua prosperidade, ora para as práticas e costumes populares, de que os efeitos da escravidão causavam ao país um mal irremediável.

É nessa perspectiva de medo da desordem nacional em função do negro que Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, escreveu, em 1837, para um concurso promovido pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, o livro se referia a São Domingos, como exemplo do que o crescimento descontrolado dos escravos poderia provocar. Para ele, o Brasil corria sérios riscos caso a população escrava continuasse a aumentar; propunha, então, que os “ex-escravos” fossem extraditados para a África, tal como faziam os ingleses e os americanos.

Ao analisar a questão da escravidão no Brasil, verifica-se que apresentava um pensamento carregado de preconceitos, principalmente no que se relaciona à “inferioridade racial” dos negros perante a raça “branca”; tanto que era defendida a libertação do ventre escravo por considerar que a manutenção da escravidão impediria o Brasil de ingressar no quadro das nações ditas “modernas” e “civilizadas”. Associando a ideia de libertação dos escravos ao desenvolvimento do País, acreditava-se que essa mudança não poderia ocorrer de forma abrupta, tendo

em vista que precisava ser um lento processo, o qual fornecesse tempo aos proprietários escravistas para a adaptação a um novo sistema econômico.

O principal objetivo desta pesquisa trata-se, justamente, da análise do discurso de Burlamaqui sobre o racismo e os males trazidos por este sistema no Brasil. Tal obra apresenta uma visão imediatamente precoce sobre o que seria essa prática de subordinação de uma “raça inferior” e quais os prejuízos causados a longo prazo pela instituição do sistema escravista. O próximo capítulo diz respeito, justamente, às questões levantadas por Frederico Leopoldo César Burlamaqui em sua obra *“Memoria Analytica á Cerca do Commercio d’Escravos”*.

2. PRECONCEITUOSO OU ABOLICIONISTA? O DISCURSO ELABORADO DE BURLAMAQUI CONTRA A ESCRAVIDÃO.

As transformações políticas e econômicas realizadas no Brasil na primeira metade do século XIX não foram poucas, porém a formação do povo brasileiro estava constantemente ameaçada pela presença e pela permanência da prática da escravidão. O autor traz em sua obra, questionamentos a respeito da escravidão, da formação da sociedade, da visão controversa de liberdade e da religião.

2.1 Introdução à “Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos”

“Saber seu lugar” é uma dessas expressões capazes de traduzir regras de sociabilidade hierarquizadas que, sendo referendadas ou contestadas, atualizam-se cotidianamente. É construindo e conhecendo tais “lugares” que as pessoas estabelecem relações, reconhecem formas de pertencimento e estruturam disputas próprias ao jogo social. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 33)

O imaginário social brasileiro tem dificuldades no processo do exercício da cidadania na formulação do modelo de origem dos afrodescendentes. É neste sentido, que procuro averiguar qual a real intenção de Burlamaqui em por fim à escravidão, em um período em que tal prática era comum e favorável à elite brasileira.

Desejando tratar hum assumpto tão importante e de que julgo depende o futuro destino do nosso paiz e que nos collocará no numero das Nações civilizadas, ou entre as hordas bárbaras; sem consultar o que realmente podia, ouzei discutir huma materia magistralmente batida por homens abalisados, com que nem por imaginação atrevo a comparar-me, e a appresentar algumas ideias mal expressas, na verdade, porém que são filhas de bons desejos, e da intima convicção em que estou, de que com a praga de escravos o Brasil nunca poderá prosperar, e que as suas instituições estão ameaçadas a cada passo, e talvez mesmo a sua existência como Nação. (BURLAMAQUI, 1837, p. III-IV)

Quando Burlamaqui escreveu sua “Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica”, em 1837, o autor estava participando de um concurso promovido pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, no Rio de Janeiro. O concurso propunha a elaboração de um texto nas seguintes bases:

1. “Mostrar a odiosidade toda do comércio de escravos, refutando os sofismas com que usam defendê-lo os seus apologistas;
2. Expende os meios pelos quais a introdução dos escravos africanos pode ser suprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admitindo máquinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes e procurando indiretamente removê-los das cidades para os campos;
3. Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos, forçados ao trabalho;
4. Fazer ver a nociva influência que a introdução de escravos africanos exerce em nossos costumes, civilização e liberdade”

O autor mudou a ordem dos capítulos para maior compreensão do tema: A obra “*Memoria Analytica à Cerca do Commercio d’Escravos*” está dividida em quatro capítulos: Capítulo I “*Mostrar a odiosidade toda do commercio d’escravos, refutando os sophismas com que usão defendel-o os seus apologistas*”; Capítulo II “*Fazer ver a nociva influencia que a introdução d’escravos Africanos exerce sobre nossos costumes, civilisação e liberdade*”; Capítulo III “*Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres, sobre o que podem prestar braços captivos forçados ao trabalho*” e Capítulo IV “*Expende os meios por os quaes a introducção de escravos Africanos póde ser supprida, quer mandando vir Colonos por conta de particulares, quer admittindo maquinas que simplifiquem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indirectamente removêl-os das Cidades para os campos*”.

Não há vestígios sobre o concurso promovido para escolher a melhor memória analítica acerca do tráfico negreiro. Não se sabe, portanto, quem foram os candidatos ou mesmo se houve concorrência. É conhecido apenas um trabalho preparado para o concurso, a Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica, de autoria de Frederico Leopoldo César Burlamaqui, membro da Sociedade (da qual chegou a ser conselheiro) publicada somente em 1837, é possível que tenha sido a vencedora do concurso, mas nada garante isso.

Mas afinal, o que é escravidão? Ao questiona-se sobre o que significa a escravidão, o próprio Burlamaqui responde: “*He a abnegação de todas as vontades,*

e de sua subgeição absoluta aos caprixos dos outros. Os deveres que a nossa religião impõe se referem ao proprio individuo, ou aos outros, e a Divindade” (p.6).

Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui baseou seu livro no “Tratado de Legislação” de Charles Comte, a quem teceu muitos elogios, pois segundo ele, esta obra seria a mais completa no assunto: *“De todas as suas idéias me aproveitei, huma vez que tivessem relação com o nosso estado de cousas; e muitas vezes, não podendo usar de termos mais acertados nem mais energicos”.* (p. IV)

A argumentação de Burlamaqui vai além dos males e inconvenientes da importação de escravos, seja em maior ou menor escala, ela chama atenção para os prejuízos permanentes e duradouros que resultariam da existência da escravidão doméstica, sendo que o comércio de seres humanos era responsável por gerar, direta ou indiretamente, todos os males que o país sofria. *“Ataque-se o mal pela raiz, se o queremos extirpar. Não he com paliativos que se curão enfermidades mortaes; e o melhor meio de evitar os perigos He encaral-os sem pavor, para que se possa fugir do precipício a tempo”.* Contudo, Burlamaqui diz que não se pode fazer uma mudança abrupta dos hábitos *“fructos da ignorancia e de huma serie de pessimos governos”* (p. V). Seria então, papel do Legislador agir como um “patriota ilustrado”, usando como arma a persuasão, munindo-se de conhecimento prévio dos hábitos desses indivíduos.

He por meio de escriptos cheios de logica, que a nossa população proprietaria começará a despersuadir-se da nenhuma utilidade dos escravos e dos inconvenientes que causão ao paiz e aos particulares essa multidão de infelizes, que só servem para desmoralisar nossos costumes e atrasar todas as nossas cousas. (BURLAMAQUI, 1837, p. VI)

O que seria então do país, com a existência e a manutenção da escravidão? Em muitos trechos carregados de preconceito, o discurso de Burlamaqui aparece camuflado atrás de ideais que, posteriormente, seriam usados por abolicionistas em defesa dos escravos. Burlamaqui julga ser a escravidão um abuso, porém, são raros os momentos em que fala sobre o abuso contra o ser humano, que foi privado de todos os seus direitos, tratados como animais, mera mercadoria. Parece-me que a palavra “abuso” nesse sentido, sirva somente para designar os inconvenientes causados contra a prosperidade do país enquanto instituição.

[...] este abuso tende a diminuir a prosperidade do paiz natal, a desmoralisar seus concidadãos, ou finalmente tornar sem estabilidade instituições virtuosas, fundadas no interesse commum, e de que julgão dependentes toda a felicidade que o homem póde gosar n'este mundo de misérias (BURLAMAQUI, 1837, p. VI)

A existência da escravidão era vista pelo autor como uma imoralidade, que traria ruína a este país. Os escravos, que eram responsáveis por tanta riqueza e conforto, eram vistos como inimigos de seus proprietários *“a sua segurança, a de suas famílias e seus bens, estão de continuo ameaçadas pela existencia de huma numerosa raça de inimigos domesticos, cujo unico fito deve ser a destruição e o exterminio de seus oppressores”*. (p. VII)

A intolerância de Burlamaqui contra a presença de escravos poluindo o país faz com que ele tente persuadir a sociedade que se beneficiava do uso da mão-de-obra escrava, de que o país está vivendo em grande pecado e contradição, uma vez que a escravidão é oposta à religião, a caridade e a liberdade. Assim, Burlamaqui diz:

[...] Deligenceio convencer os patriotas ilustrados, chamando à sua atenção sobre os perigos que corre a liberdade por elles conquistada à custa de tanto sacrificio, o atraso em que existe o paiz em consequencia do systema da escravidão, e a dependencia real da nossa nação em quanto durar tão intensamente hum estado de cousas que prohibe o desenvolvimento das luzes e da industria, a propagação da civilisação, e a multiplicação de huma população livre e homogênea. (BURLAMAQUI, 1837, p. VII).

Feitas as devidas apresentações, o autor começa a escrever seu estudo a fim de persuadir a todos pelo fim da escravidão.

2.2 O Primeiro Capítulo e Suas Contradições: O Comércio de Escravos e os “Sophismas”.

“Mostrar a odiosidade toda do commercio d’escravos, refutando os sophismas com que usão defendel-o os seus apologistas”

O comentário acima é uma espécie de título do capítulo, que serve como diretriz para nortear toda a escrita desta parte da obra, aliás, o autor faz isso em todos os capítulos.

Quanto à questão da escravidão no Brasil, verifica-se que apresentava um pensamento carregado de preconceitos, principalmente no que se relaciona à “inferioridade racial” dos negros perante a raça “branca”; tanto que era defendida a libertação do ventre escravo por considerar que a manutenção da escravidão impediria o Brasil de ingressar no quadro das nações ditas “modernas” e “civilizadas”.

De acordo com discursos da época, é justamente essa “inferioridade racial” do negro que sustentava o direito natural de propriedade, pois somente os senhores proprietários é que teriam a responsabilidade de gerenciar a vida dos escravos. Ainda no que tange ao direito de propriedade, destaca-se a vital importância da mão-de-obra escrava para o desenvolvimento do País. Assim:

Caberia às elites locais, a organização de um aparato policial capaz de manter as relações de dominação vigentes, baseadas no cerceamento e, em alguns casos, na permissão dessas manifestações da identidade negra [...] Dessa maneira, no espaço público das ruas, a proposta “civilizatória” apoiar-se-ia numa enfática política de controle social, alicerçada, sobretudo, numa “suposta” eficiência policial. Isso porque, numa época de desagregação da instituição escrava e de passagem da mão-de-obra servil para a assalariada, forjar, entre aqueles recém-saídos do mundo da escravidão, inclinações ao trabalho, daria novos sentidos às violentas experiências do cativo e, portanto, outros significados à ideia de trabalho. (SILVA, 2008, p.05)

O primeiro capítulo da obra se inicia com uma crítica aos “*piratas barbarescos*”, aos contrabandistas de escravos que talvez fossem os principais responsáveis pela permanência da escravidão. O horror causado pelo comércio de “*entes humanos*”, jamais poderia trazer algum progresso, ao contrário, provocaria a ruína de seus praticantes, uma vez que era condenável pela religião e pelas normas de civilidade, era um “*systema de tyrania, que chamará o reinado da tyrania para o seio dos povos que o consentem e o sancção, como tem sempre acontecido*”. O autor faz questão de demonstrar o sofrimento causado aos capturados.

[...] À força d’armas, e com risco de suas vidas, fazião priziouneiros alguns centenares de Christãos, e os reduzião a escravidão, quantos clamores se não ouvião de toda parte! As miserias e os castigos que soffrião estes captivos... perda da sua liberdade, a ausencia da terra natal, e das familias, erão objectos das mais tocantes lamentações. Como! Soffrer-se-há, que homens sejam escravos d’outros homens, que a força prostergue direitos, consentir-se-há que Christãos sejam captivos de Mahometanos, de bárbaros infieis? (BURLAMAQUI, 1837, p. 1)

Amontoar seres humanos no interior de um navio, carregando-os em ferros, exterminá-los, oferecer-lhes condições insalubres e mesquinhas, negar-lhes vestimentas que cubram sua nudez, comerciá-los como animais, vender sua liberdade e de seus filhos e descendentes, degradar uma parte do gênero humano, negar a existência de todos os seus direitos morais, entregá-los ao exercício contínuo de todas as violências. Este é o quadro resumido de crimes que Burlamaqui atribui aos comerciantes de escravos.

Os portugueses, após devastarem a África e a Ásia, foram os primeiros responsáveis por introduzir o ramo do comércio de escravos nas Colônias Europeias, que mesmo após a abolição do tráfico, continuaram a trazer para terras brasileiras, os males deste “*infame commercio*”.

Enquanto a intervenção real em relação à punição e a venda de escravos e o fingimento de refinamento da elite tentavam ocultar e higienizar a brutalidade da escravidão e, assim, criar uma aparência de corte metropolitana, tais medidas eram também vistas como dando a base para um controle mais efetivo da população escrava. (SCHULTZ, 2007, p. 21)

Ao pensar sob essa perspectiva de violência, segundo CHALHOUB, a produção historiográfica acadêmica, a partir de 1960 e 1970, pôde romper com o mito do caráter não-violento ou benevolente da escravidão brasileira, longe disto, tentava-se domesticar e cristianizar o elemento negro mantendo sua base de servidão e de submissão. O cenário político do Brasil estava em mutação, por isso havia a necessidade urgente de se policiar e controlar os escravos com repressão física e disciplina social, pois a brutalidade, a falta de humanidade e a ausência de civilização, caracteres inerentes à escravidão, apontavam para o perigo de reação das raças e para a insurreição como uma possibilidade concreta.

Segundo Burlamaqui, a introdução destes “*miseráveis africanos*”, só pode trazer consigo a peste, o atraso social e o perigo. Talvez por questões governamentais o Brasil recebesse ainda, esses carregamentos sem se dar conta dos interesses portugueses, pois:

O Brazil não he a sua Patria, os males que disto lhes provier não lhes tocara; ao contrario, tanto mais o paiz se arruinar, tanto mais satisfeita ficará a sua sanha: saciarão o seu odio Nacional, a farão ao mesmo tempo os seus interesses. Mas, consentirão nisto as nossas Assembléias Legislativas, o nosso Governo, nós mesmos? O atrazo de todas as nossas couzas, o risco eminente que nos ameaça não

nos commoverá? Se somos surdos aos brados da humanidade, que ao menos a nossa segurança e o nosso interesse nos faça sahir do turpôr imbecil em que jazemos à trez seculos.” (BURLAMAQUI, 1837, p. 3)

Burlamaqui esboça profundo incômodo em relação à situação que o país se encontrava. O sistema da escravidão se proliferava como erva daninha, sufocando todas as possibilidades de progresso, pois o país estava sendo cultivado pelas mãos dos escravos “*boçaes e inimigos*”. Um país dividido entre senhores e escravos não poderia alcançar êxito “*a existencia de escravidão domestica he hum volcão que de continuo ameaça a nossa ruína*”. (p. 3). Em seu discurso, por diversas vezes, o autor demonstra vergonha em tratar de um país – o seu país – poluído e atrasado por práticas tão obscuras, “*Esta política teimozamente seguida por trez seculos, falhou felizmente para nós*” (p.3).

[...] Se com effeito sao erros e males dos mais funestos o aviltamento das pessoas, e das profissões industriaes, e divizão da população em oppressores e opprimidos, a multidão de prejuízos que oppõe barreira insuperavel aos progressos em todo o genero, e finalmente as conseqüências inevitaveis de huma ordem de couzas, que pode arrastar comsigo a desordem, a guerra civil de castas, e o mais atroz despotismo. (BURLAMAQUI, 1837, p. 3)

O patriotismo enérgico é usado, então, como arma de persuasão, numa tentativa imediata de livrar-nos de tamanha barbárie e de falta de civilidade. A preocupação do autor em impedir tal horror, mais uma vez, trata-se de proteger a humanidade contra a catástrofe da falta de prosperidade do país e de suas instituições, como também, a segurança individual e “nossos” interesses. Mas porque “nossos” interesses, se eram eles – os escravos – que sofriam violência de toda sorte? Parece-me que intelectuais, como Burlamaqui, estavam mesmo interessados em livrar o país do atraso em relação aos europeus, que já haviam abolido de suas práticas, o comércio criminoso de escravos; ao invés de tentar livrar os escravos da falta de humanidade à qual eram submetidos, contudo, longe de fazer juízo de valor, obtenho-me a analisar qual o interesse de Burlamaqui em livrar-se dos escravos, sendo que não era um abolicionista confesso.

Por outro lado, o autor preocupa-se em tratar o assunto com delicadeza, mostrando que as injustiças cometidas contra os negros não poderiam fazer o país prosperar.

[...] Se os traficantes d'escravos os fossem buscar para estabelecê-los como colonos, libertando-os, mas perpetuar a escravidão, tornar esses desgraçados, mais infelizes do que serão se tivessem sido mortos no seu proprio paiz, e pelos seus propios compatriotas, dar a que se perpetuem taes horrores, he certamente um attentado contra as leis da eterna justiça, he hum pecado contra a humanidade e a Divindade. (BURLAMAQUI, 1837, p. 5)

Neste capítulo, Burlamaqui busca refutar os “*sophismas*” que foram criados para introduzir e justificar este comércio, tido como ato de caridade transportar escravos da África para às Colônias, o autor enumera pelo menos cinco destes que merecem ser discutidos. O primeiro seria por que com a vinda para a Colônia “*elles assim escapavão do cutelo dos Regulos*”, o segundo “*que a não virem esses escravos ficarião privados da luz do Evangelho, que todo Christão deve promover*”, o terceiro “*he hum beneficio a escravidão, porque assim passão de um clima horrivel para outro ameno*”, o quarto sofisma “*que nas guerras, que de continuo devastão a África, não se dando quartel os prizioneiros, he para elles hum bem a conservação das vidas, ainda que seja em cativeiro*”, o quinto diz respeito aos possuidores de terras, pois com a ausência de escravos “*se verião obrigados a mudarem as culturas, e não poderião exportar generos que exigem grandes dispendios e trabalhos*” (p. 4).

Tais proposições, na visão do autor, eram falsas, assim como justificar os castigos e os maus tratos, pois “*se os negros não fossem de continuo estimulados pelo açoute, e os suplícios, se tornarião preguiçosos e insolentes, como se os castigos dessem amor ao trabalho*”

Estas proposições apresentam consigo sua própria refutação. Se este comércio nunca tivesse existido, talvez, a África poderia ter “*adquirido alguma civilização*”, por influencia do comércio de outras Nações estrangeiras, pois “*tal commercio se oppoem ao mesmo tempo à civilização, e a prosperidade das duas maiores porções do mundo*”. (p. 5). Ao questionar-se sobre o resultado de tais sofismas, Burlamaqui só encontra saldo negativo para o comércio de seres humanos.

[...] Porque continuarão e continuam a ser escravos os filhos d'esses africanos, e os filhos de seus filhos por tantas gerações? Forão estes apanhados na guerra? Custarão dinheiro? Mudarão elles de hum mau clima para hum outro melhor? Sahirão das trevas do paganismo para a luz do Evangelho? Não certamente; e então de que vallem taes sophismas? Elles so servem de manto para cobrir todas as torpezas da avareza, e da cobiça. (BURLAMAQUI, 1837, p. 5)

As justificativas usadas em torno da religião, talvez fossem as mais fortes, porém, denotavam grande hipocrisia, uma vez que, o sistema da escravidão exclui toda ideia de religião. “*O ensino dos deveres Moraes que a religião impõem, deve destruir a escravidão, ou a escravidão deve impedir o estabelecimento da verdadeira religião*”. (p.7-8). Para exemplificar a dimensão da falha desta proposição religiosa, Burlamaqui cita enormes trechos do Tratado de Legislação de Charles Comte, que a seu ver, foi o mais importante estudioso sobre o tema.

As questões religiosas aparecem fortemente em seu discurso, num detalhado e complexo painel em que estão expostas as principais contradições que separam e unem – ao mesmo tempo – religião e escravidão. Esse complexo jogo de interesses, parece ser visto pelo autor, como um dos fundamentos principais para que houvesse ainda a permanência daquele “*infame commercio*”, que era preciso imediatamente, aniquilar:

Penso que o melhor meio de os convencer seria o de aplicar-lhes as penas as mais fortes, e fazer a lei a mais rigorosa, digo mesmo a mais barbara, que de huma vez cortasse o cancro, pela raiz, exterminando a todos os contrabandistas, seus cumplices e protectores, sem admitir desculpas, e subterfúgios, e tanto mais pois que taes malvados são piratas estrangeiros que as Leis Patrias não devem favorecer de maneira alguma. (BURLAMAQUI, 1837, p. 9)

Neste sentido, era necessária a redefinição de regras próprias para a conduta pública que pudesse garantir a estrutura de controle social arquitetada para o Brasil. A escravidão representava a falta de civilização, por isso mesmo, a disciplina social foi aplicada em escalas cada vez maiores, a proposta era usar a educação para criar uma “ordem sociocultural prática”. Neste momento de europeização, no Brasil minavam as hierarquias políticas e culturais estabelecidas no Império, portanto, transformar significava romper com o passado colonial em que o trabalho escravo parecia ultrapassado e representava obstáculo à prosperidade do Império e de sua capital.

Todavia, o raciocínio das elites – tanto contra a escravidão quanto a população africana e afro-brasileira – era sobrepujado pela sua ansiedade relativa ao impacto imaginado da abolição imediata da escravatura sobre a economia e a sociedade no Brasil: o fim da agricultura de exportação e o aumento da vadiagem. Consequentemente, mesmo lamentando os ‘vícios’ da escravidão, os funcionários da corte permitiram a expansão do uso do trabalho escravo. (SCHLITZ, 2007. p 15)

Se o mal já era gravíssimo com a presença de tantos escravos, qual seria o destino do país com a frequente introdução de tantos “*milhares d’inimigos*”? “*Como pois hum homem que vende, ou contribui para o escravismo do seu semelhante pôde ser membro de hum governo*”? (p. 9). As inquietações e questionamentos são infundáveis e parecem perturbar Burlamaqui. Como questões tão visíveis e constrangedoras parecem não fazer diferença a uma grande parcela de pessoas que estavam buscando o progresso do país? Era impensável para o autor imaginar que pessoas que amavam a sua Pátria, quisessem vê-la sendo povoada e manipulada por um número gigantesco de “*inimigos domésticos*”.

Não só no Brasil, mas também na África, estava havendo devastação por este comércio criminoso. Aos contrabandistas, ele atribui toda a culpa pela devastação e guerras na África, porém, não seriam estes os principais culpados pelo tráfico de seres humanos.

Não he dos actores destas scenas de crueldade, que temos de tratar: a barbaridade e estupidez bruta em que vivem, os desculpa, se a pode haver, mais he aos infames que se acunhão Christãos, e se dizem membros das Sociedades cultas, a quem devemos votar toda a nossa execração: elles são a origem de todos os males que affligem a África, que peção a América e em geral á humanidade inteira. (BURLAMAQUI, 1837, p.11)

Burlamaqui parece se compadecer da situação insalubre da vida dos escravos nos navios negreiros, e da humilhação de serem vendidos no meio da rua “*e o que pior he a maior parte de nós outros, todos vêm correr as lágrimas de dôr e desesperança dos olhos destes infelizes, sem que a compaixão produza a seu favor o menor beneficio!*” (p. 13). Mas, adiante, a autor diz que “nós” somos os principais prejudicados com essa prática, sendo até motivo de piada dos negros, por estarmos contribuindo para o nosso próprio atraso e para todo o mal presente no país.

Sem com effeito algum prazer interno fosse permitido a entes tão desafortunados, não só se regosijarião do nosso estado de atraso em todo o sentido, mas começarião logo a julgarem-se bem vingados, vendo os soffrimentos dos seus proprios roubadores. Estes mercadores de carne humana, commettem impunemente o maior dos crimes, quanto à justiça dos homens, mas a Providencia que infalivelmente pune a cobiça, os castiga arruinando-lhes. (BURLAMAQUI, 1837, p. 14)

A escravidão era uma fonte de crimes e de calamidades, mas estes crimes geravam enormes lucros, a realidade da escravidão ficava então, escondida atrás

dos interesses de seus apologistas, talvez esta proposição tenha sido a que mais interessou os colonos e proprietários. Porque os índios e os povos pobres emigrados da Europa não puderam suprir a necessidade de cultivar nossas terras? O que realmente se desejava era um povo que pudesse ser controlado e escravizado, a fim de obter riqueza mais depressa, *“o que queria a Metropole era que as suas colônias fossem pouco ilustradas, sem liberdade, sem industria, um mesclado de raças inimigas”* (p. 18).

Nunca huma tal associação formará huma Nação homogenea, mas um mesclado heterogêneo de individuos estranhos huns aos outros, sempre inimigos, alternativamente opressores, e oprimidos, cheios de prejuízos, e sempre promptos a lançarem mãos das armas. (BURLAMAQUI, 1837, p. 20)

Nesse sentido, uma frase que julgo ser uma das mais acertadas de Burlamaqui, é que *“Todos imaginarão ganhar, e todos perderão”* (p. 18).

2.3 O Segundo Capítulo: Nossos Escravos, Nossos Costumes.

“Fazer ver a nociva influencia que a introdução d’escravos Africanos exerce sobre nossos costumes, civilização e liberdade”

Novamente, ao nomear o capítulo de acordo com a programação estabelecida para a escrita desta memória, o autor direciona o leitor sobre qual assunto vai ser tratado. Neste capítulo, Burlamaqui, busca mostrar a influência que a escravidão doméstica exercia sobre a população livre, sobre suas opiniões, suas liberdades civis e política, sobre o espírito do governo, e a respeito de todos os preceitos e das doutrinas que a religião ensina.

“Deprava o senhor mais que o escravo, destruindo em huns e outros todo o principio de moral, obsta ao desenvolvimento das faculdades sobre todas as cousas que mais importão conhecer-se” (p. 22). Segundo o autor o principal efeito causado na população com a presença *“vil”* da escravidão doméstica, é a imediata falta de interesse pelo trabalho e pelo desenvolvimento de todas as faculdades seja moral ou física, o que levava o país a desenvolver-se pelas mãos destes *“miseráveis inimigos”*, esta condição impossibilita a Nação de ter um governo justo, pautado na *“liberdade legal”*, e *“põem a esta Nação na absoluta dependencia das outras*

Nações, influe finalmente moral e physicamente sobre os costumes, a civilização e as opiniões das classes livres” (p. 22). O trabalho era desprezado por ser exercido por “*cousas reputadas vis*”, assim, o emprego de qualquer de seus órgãos ao trabalho era considerado como ato indigno.

Os efeitos produzidos na Europa são usados como exemplo para dar ênfase a algo que não deveria ser copiado.

Então, como hoje, erão só nobres aquelles que vivião a custa do suor alheio, e só vis os que alimentavão a aristocracia, contribuindo por meio de trabalhos laboriosos à manutenção de suas famílias, ao luxo e ao orgulho da classe dominante. Os efeitos que d’este estado de cousas resultavão, são bem patentes: aviltou aos olhos da população livre de todos os trabalhos uteis, fez desaparecer dos campos a população inteligente e interessada na sua e na publica prosperidade, substituindo-lhe hum sem numero d’escravos sem interesse e sem amor ao trabalho. (BURLAMAQUI, 1837, p. 23).

Naquele momento, comprar um escravo significava cessar de qualquer atividade relacionada ao trabalho, “*para obtel-os emprega a maior atividade, desenvolve a maior intelligência, mas logo que tem alcançado os meios de havel-os, cahe na inercia, julgando a sua fortuna solidamente estabelecida, e sua industria como que morre e o senhor se entrega á preguiça*” (p. 24).

Os resultados imediatos são ainda mais catastróficos. Segundo Burlamaqui, os cidadãos que abandonam seus trabalhos se entregam ao ócio, aos vícios e até aos crimes. E aos que ainda resta alguma moral, dedicam-se às vagas para cargos públicos, que devido tamanha ociosidade, tornaram-se cada vez mais escassas.

Desde então os candidatos aos lugares públicos são tão numerosos que não he possível admitir nem hum vigésimo, julgando-se todos nobres e convenientemente habilitados, a sua raiva não tem limites quando se lhes não dá a preferencia: intriga, calimnia, espirito de vingança, tudo se põe em pratica, o character se desnatura, o furor succede aos sentimentos de benevolência, natos no coração humano: nunca se perdendo as esperanças, ninguém escogita outro meio de sahir da innercia e da miséria, tudo se conserva estacionaria. (BURLAMAQUI, 1837, p. 25).

A miscigenação é citada como algo frequente em relatos de viajantes europeus “*Em muitas combinações de sangues diversos, a origem Africana tem desaparecido, e os escravos vierão a ser da mesma espécie que seus senhores*” (p. 31). Isso, não diminuía em nada a barbaridade e crueldade com que eram tratados, ao contrário, era uma honra para os proprietários ter na servidão pessoas de mais

clara cor. Um dos costumes comuns citados pelo autor são os crimes de ódio praticados em torno do ciúme, pois o branqueamento destes indivíduos é a comprovação da mescla racial, é como se os senhores de escravos tivessem atestando ali, a sua fraqueza. A presença da escravidão doméstica torna os costumes corruptos. Assim, *“Não póde achar-se meio termo: com a existência da escravidão não podem haver costumes, liberdade, nem civilização, porque a liberdade e a civilização não tem mais firmes esteios que os bons costumes”*. (p. 33).

Para tentar justificar o medo de uma revolução negra, que assombrava a elite, a historiografia toma como exemplo a Revolução Haitiana, pois no ano de 1789, a França viveu um processo revolucionário inspirado na defesa de ideais de liberdade e de igualdade. Ao saber das notícias e dos conteúdos da Revolução Francesa, os escravos oprimidos passaram a exigir a ampliação destes ideais revolucionários para a colônia de São Domingos. Enraivecidos pela dominação da elite branca e monarquista da colônia, um grupo de descendentes africanos, liderados pelo alforriado François Dominique Toussaint, mais conhecido como ToussaintL'Overture e o líder religioso negro DuttyBoukman, iniciou uma revolução que instigou os escravos a exterminar a população branca do local. A rebelião se iniciava e os escravos logo receberam as primeiras ofensivas das tropas francesas.

A rebelião ocorrida na parte oeste da ilha foi a única feita por africanos (e seus descendentes) na história americana que culminou em uma revolução, destruiu o sistema escravista de plantação e transformou o Haiti no primeiro país fundado por ex-escravos e seus descendentes fora da África. Os seus impactos foram múltiplos: influenciou sobre os preços do açúcar e gerou um grande medo de que uma insurreição daquela escala acontecesse em outros lugares da América escravista. (NASCIMENTO, 2007, p. 470)

Burlamaqui faz um panorama de desenvolvimento de outras Nações para exemplificar o estado de atraso que vivem os países em que a escravidão é admitida, por exemplo, as Nações da América do Norte – que há muitos anos haviam extinguido a escravidão – viviam um momento de pleno desenvolvimento intelectual e industrial, ao contrário de nosso país, que passava por um constante clima de instabilidade social.

Os vícios e as virtudes, o bem e o mal estão de tal sorte ligados n'este mundo, que para extremal-os são necessários os maiores esforços e sacrifícios. Se quereis, por exemplo que as sciencias floresçam, he de absoluta necessidade que arredeis tudo quanto

póde obstar ao seu desenvolvimento; se quereis que a religião do Paiz seja huma Religião de claridade, e não de trevas, apartai dos espíritos tudo quanto póde contribuir para que a superstição e o cruel fanatismo dominem; se quereis finalmente que os bons costumes, a paz e a união imperem apartai da associação tudo quanto póde contribuir para a corrupção, todo o motivo de desunião e inimidade. (BURLAMAQUI, 1837, p. 36).

O relato acima se trata de uma solução cabível para o problema que assolava a prosperidade do país. Se a população dominante – Governo e proprietários – deixassem de agir em prol de seus interesses pessoais e passassem a pensar no futuro da Nação como um todo, veriam claramente que a escravidão nenhum benefício poderia trazer, ao invés disso, a justiça e a liberdade que eram tão apregoadas não passavam de falsas ideias, copiadas de outras Nações. Os negros, desprovidos de inteligência física e intelectual jamais poderiam trazer à luz uma Nação inteira.

A parte que cabe aos costumes relacionados aos castigos corporais, revela o tamanho da crueldade aplicada por senhores de escravos, bem como a satisfação que estas torturas traziam a estes opressores. O requinte de crueldade relatado pelo autor parece lembrar-lhe que tratava-se de seres humanos, cujo sentimento de dor eram iguais aos seus, porém, tão comum eram essas práticas, que os suplícios e gritos no meio da rua, já nem eram percebidos. Objetivava-se, então, despoluir o ambiente frequentado tanto por escravos, como por pessoas “de bem”, pois a nudez, os vícios e a inferioridade dos escravos apunhalavam o tão sonhado progresso da Nação.

Estes castigos revelavam a mais bárbara situação das cidades, mas que se intensificava pelo isolamento, no interior das fazendas e engenhos de todo o país, e isso em nada poderia ser bom “*o espetáculo dos supplicios, e do sangue, deve produzir a raiva e desnaturar o character de todos os indivíduos da raça livre*” (p. 45). Ao examinar as “*funestas influencias da escravidão*”, Burlamaquidiz que os resultados são óbvios, os costumes públicos, o caráter nacional, a religião e o desenvolvimento das faculdades industriais em nada ganharam com a presença e permanente introdução de escravos, e todos os questionamentos feitos pelo autor parecem chegar à mesma conclusão, seu discurso é todo voltado mais para o desenvolvimento – ou falta de desenvolvimento – do país, e menos para a preocupação com a falta de humanidade presente no sistema da escravidão. Assim,

“hum dos mais notáveis efeitos da escravidão he pôr em contradicção perpetua os homens que exercem huma parte da authoridade pública, condemnando-os a approvarem alternativamente as mesmas acções” (p. 47).

A escravidão produz impressões e vícios negativos sobre os costumes das diversas classes da população, estes prejuízos são transmitidos de pai para filho, de geração em geração. Nada poderia neutralizar os funestos resultados da escravidão doméstica.

Uma Nação povoada por escravos era uma Nação enfraquecida. Burlamaqui termina este capítulo chamando os brasileiros á acordarem do *“somno amortecido em que à séculos jazemos”*.

A introdução de novos escravos Africanos, não produzira outros effeito que o de augmentar estes malles, calamidades, e perigos; mas he da sua existência que tudo dimana. Em quanto subsistir tal cancro as entranhas da Pátria serão dilaceradas. Todos os remédios que se lhe applicarem serão inproficuos, huma vez que se não tentem remédios heroicos, que cortem o mal radicalmente. (BURLAMAQUI, 1837, p. 55)

2.4 Terceiro: O Capítulo dos trabalhadores, escravos e livres lutam pelasobrevivência.

“Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres, sobre os que podem prestar braços captivos forçados ao trabalho”

A proposta do capítulo III é examinar as vantagens que o serviço dos homens livres tem, em relação ao trabalho escravo, para isto, Burlamaqui detalha a influencia que a escravidão doméstica exerce sobre a produção, a acumulação e a distribuição das riquezas. A utilização do trabalho escravo no Brasil se deu dentro do projeto de expansão comercial e agrícola dos países colonizadores, especialmente Portugal.

Relativamente às vantagens sociaes, reduzindo ao rigoroso necessário, e nada podendo economizar, toda a intelligência que lhes resta, He applicada a consumir o mais possível, e da maneira a mais expedita o que lhes cahe nas mãos, todo o desenvolvimento que pode dar à sua intelligencia , para escapar ás violências de seu senhor, tornando-se consequente e necessariamente vil, adulador, astuciozo, e mentirozo; hábitos que facilmente passam aos individuos livres, sobre tudo para os das classes pouco abastadas. (BURLAMAQUI, 1837, p. 58)

Havia um abismo entre toda a população e uma pequena minoria privilegiada que polarizava as forças políticas, isto fazia com que gerasse um profundo clima de pessimismo, de insegurança social e de pavor com relação à proporção exagerada entre uma minoria proprietária e branca e uma maioria de escravos, pobres e mestiças. Neste sentido, com a dispersão e fraqueza das autoridades no vasto território, aumentavam as lutas de facção sob a égide da insegurança, fazendo com que as contradições internas sociais e raciais se agravassem.

Tanto assim é que os conflitos e as pressões sociais e raciais contra o português, rico, monopolizador do comércio e dos cargos públicos, não seria resolvido pela “independência” em 1822, nem pela abdicação de D. Pedro em 1831. Não se tratava de um mero preconceito chauvinista relacionado com a separação da metrópole; era um conflito interno inerente à sociedade colonial e que mesmo o Império não superaria. (DIAS, 2005, p. 31)

A interiorização da metrópole parece ser a chave da formação da nacionalidade brasileira. Evidentemente, o período histórico compreendido, tem características elitistas e excludentes, pois a maior parte da população da América portuguesa, composta por escravos, mestiços, indígenas e brancos pobres, viva em uma espécie de "mundo paralelo", em relação à realidade das elites, agentes diretos deste processo histórico.

É bem verdade que a população livre se encontrava em uma situação delicada, pois o trabalho escravo deixava-os abandonados, e quando, por sorte, conseguiam arrumar algum emprego teriam que sujeitar-se às mesmas condições que os senhores aplicavam aos seus escravos. Os trabalhadores livres tinham que decidir entre a “*vergonha de mendigar, e o desprezo inseparável das ocupações industriaes*” (p. 59).

Ocorreram mudanças na composição da população, que se diversificou com a presença de negociantes ingleses e estrangeiros, funcionários graduados na burocracia, aristocracia e comerciantes lusos, oficiais, diplomatas, negociantes de terras, fazendeiros, proprietários de terras e escravos e donos de áreas urbanas, contudo, a esta população acrescenta-se uma grande quantidade de marinheiros, escravos de ganho, escravos libertos, fugidos, desertores, ciganos e pobres livres, que alicerçavam a riqueza das elites locais. Este ambiente de convívio social era

incômodo às estas elites, que viram na Corte uma forma de associação de sua força econômica com sua atuação política. Assim, segundo Iara Lis C. Souza:

A elite local, com escravaria, lavouras em grande escala, casas de comércio, construções navais e seguradoras, estava disposta a ocupar a cena pública e viu na presença do monarca, e na conseqüente instalação de um amplo e poderoso aparelho burocrático e jurídico, uma maneira de efetivar seus anseios. (SOUSA, 2000. p. 27)

As práticas e os envolvimento pessoais passavam por uma questão moral e social controladas pelo rei, que substanciavam o poder político, explicitando aprovações e divergências. O enorme contingente de negros que ameaçavam a ordem, também exerciam muitas tarefas nas casas e nas fazendas e estavam sujeitos a castigos públicos e domésticos, contudo, havia certa flexibilidade das camadas pobres, escravas e negras.

A agricultura, as artes, os ofícios, os trabalhos domésticos e os serviços das cidades, tudo era exercido pelos escravos, e então de que se ocupavam a “*classe média*”? A existência da escravidão não poderia dar aos trabalhadores livres nenhum meio de sobrevivência, uma vez que, os escravos eram preferidos tanto para trabalhos considerados indecorosos a um homem livre, como porque o hábito de maltratar não poderia convir a indivíduos livres. Sobre a existência de uma classe média, indivíduos que não eram nem senhores, nem escravos, o autor diz ser “*a mais útil em hum Estado, porque d’ella dependem os trabalhos mais necessários á vida, e porque sem ella não poderá haver equilíbrio social*” (p. 61).

De início, a transformação de colônia em nação parecia não ser recorrente, e sua rejeição parte principalmente do fato de ser calcado sob bases liberais. Assim:

Os políticos da época eram bem conscientes da insegurança das tensões internas sociais, raciais, da fragmentação, dos regionalismos, da falta de unidade que não dera margem ao aparecimento de uma consciência nacional capaz de dar força a um movimento revolucionário disposto a reconstruir a sociedade. (DIAS, 2005, p. 17)

De fato, essa “consciência nacional” veio pela integração das províncias. A “vontade de ser brasileiro” foi uma das principais forças modeladoras do Império, sobretudo, como uma forma de se constituir como uma nação civilizada nos moldes europeus, apesar da sociedade escravocrata e mestiça, pois a presença de

escravos em solo brasileiro era uma espécie de lembrança constante e incômoda de que não se estava na Europa.

A escravidão doméstica tratava de arruinar qualquer possibilidade de desenvolvimento ou prosperidade, a camada popular tida como intermediária, só poderia viver na precariedade, pois todas as ocupações estavam monopolizadas pelos senhores proprietários de escravos, que só visavam o lucro, fechando seus olhos para o estado de barbárie que perpassava o país. Nota-se que:

Em hum paiz assim organizado, a influencia da escravidão produz sobre a classe intermediária os mais funestos efeitos, os indivíduos que a compõem são menos empreendedores, menos robustos, menos esclarecidos, e finalmente menos próprios a converterem hum deserto em paiz cultivado, que o não são os indivíduos da mesma classe nos outros paizes. (BURLAMAQUI, 1837, p. 61).

O mesmo que faz no Capítulo II, Burlamaqui faz um paralelo entre as atividades, o comércio e a economia de outros países, com e sem a presença da escravidão, para justificar as razões pelas quais julga ser a hipocrisia da escravidão a principal causadora de todos os males. O balanço desta comparação não poderia ser outro: os países que estão ludibriados por tal prática, não veem, e nem verão à frente um futuro próspero, enquanto que as Nações que aboliram o comércio e trabalho de escravos, já estavam dois séculos à nossa frente.

Uma sociedade organizada em prol da exploração efetiva, em que a maior parte do capital era aplicado, não na indústria, mas na compra de seres humanos, e que a ociosidade é um sinal de nobreza e honra, jamais poderia produzir riquezas a longo prazo e assim, sua fortuna definharia ao mesmo passo que sua população.

Burlamaqui, ao ver seu país mergulhado em “profunda miséria”, deixa transparecer toda a sua raiva e o seu repúdio para o que ele chama de *“raça preta”*. *“felizmente, graças às tyrantias costumadas, esta malfadada raça diminue todos os dias, bem longe de’augmentar. Esta diminuição seria ainda mais sensível senão houvesse a continuada importação de novos infelizes”*. (p. 69).

As especulações sobre o aumento da população negra muitas vezes cai em contradição. Para os senhores de escravo, quanto maior o número de cativos, maior seria a obtenção de lucros e mais rápido à riqueza, porém, esse aumento também trazia despesas, mas o principal risco era a segurança da população branca, que

vivia ameaçada pela presença de inimigos domésticos. Neste sentido, o trabalho livre, é detalhadamente comparado com o trabalho escravo em várias partes do globo. Espanhóis, indianos, Norte-americanos, entre outros, são constantemente utilizados como exemplos dos efeitos que a escravidão pode acarretar ao país. Qualquer que seja a Nação, o trabalho escravo jamais poderá ter alguma vantagem em relação ao livre, uma vez que o espírito oprimido em nenhum momento se preocupará com a segurança e plenitude de seu opressor.

Burlamaqui tenta tirar-lhes a ilusão do grande lucro com a obtenção de escravos:

Se calcular-mos, diz elle, o custo annual da aquisição do terreno, os capitaes empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos ruraes com que deve trabalhar cada hum d'estes escravos, sustento e vestuário, moléstias reaes e affectadas e seu curativo as mortes numerosas, filhas dos maos tratamentos e da desesperação, as repetidas fugidas nos quilombos e nos matos, claro fica, que o lucro da lavoura deve ser pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade do terreno, como mostra a experiência. (BURLAMAQUI, 1837, p. 77)

Se os cativos lhe trazem grande despesa, o contrário acontece com o trabalhador livre:

Fazendo abstracção da differença do trabalho de huns e outros, e suppondo que estes trabalhos são iguaes homem por homem, note-se em primeiro lugar, que a aquisição de taes trabalhadores nada custou ao que os emprega; em segundo lugar nada tem a dispender o proprietário com o curativo d'estes operários e suas famílias, comer, vestir, &c. salvo se houver ajuste a tal respeito. (BURLAMAQUI, 1837, p. 80)

Ao relatar as vantagens obtidas com homens livres, fica claro que o interesse deve beneficiar, de uma maneira geral, os proprietários, sendo que o descaso dispensado aos negros agora atinge também a camada livre e pobre.

Nas cidades e vilas o tratamento não era diferente, *“Elles so servem nas povoações concentradas, para corromperem os costumes privados, perturbarem a paz publica, e sustentarem o ócio dos que se alcunhão seus senhores”* (p. 82). O autor acusa os negros de serem culpados pela própria situação, como se eles estivessem sendo subjugados por querer, assim, diz ele: *“o facto he que os negros são de huma estupidez, de huma incuria e imprevisão que revolta, elles vejetão, no*

estado o mais vesinho do mais bruto animal, e para soffrel-os he necessário huma paciência mais que humana” (p. 85).

No caso específico – mas não apenas –do Rio de Janeiro, o contraste social traduzia a maior questão de como conciliar a europeização da cidade com a escravidão e com os habitantes africanos e afro-brasileiros que compunham a maior parte de sua população. De fato, a cidade se transformou em mais africanizada e mais escravizada. A tarefa de primeira ordem seria então definir o lugar do escravo e da escravidão. O medo da desordem assolava toda a população brasileira e servia para justificar castigos cada vez mais severos, trabalhos forçados, violência, espancamentos, açoites e até homicídios. O castigo ao escravo era algo definido e limitado pelo desejo da Coroa em manter a ordem. De fato, para que houvesse a imersão dos escravos na sociedade europeizada, era preciso afastá-los da barbárie, da nudez e da violência.

Burlamaqui termina este capítulo expondo toda sua indignação diante da comodidade daqueles que apoiam a escravidão, deixando claro que estes *“porcos, immundos, cujo tudo em que tocão, finalmente corrompem os costumes dos filhos de seus senhores, e ate a lingoagem que lhes ensinão a estropiar a cada momento”* (p. 87).

2.5 O Desenvolvimento Econômico Sem a Presença de Escravos: A parte conclusiva da obra.

“Expende os meios por os quaes a introducção de escravos Africanos póde ser supprida, quer mandando vir Colonos por conta de particulares, quer admittindo maquinas que simplifiquem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes, e procurando indirectamente removêl-os das Cidades para os campos”.

O trecho acima, não se trata de uma mera citação, mas é apresentada como nos anteriores, como uma espécie de título do capítulo ou mesmo como um direcionamento a respeito do que o leitor vai encontrar nessa parte da obra. Durante muito tempo, associou-se o estudo da emancipação política do Brasil, supostamente, a uma “consciência nacional”. O perigo de integrar o processo de

emancipação política a um quadro de pressões envolvido no cenário internacional, vinculando-o a uma visão geral é, justamente, o fato de deixar de lado, o processo de ajustamento interno,

A história da emancipação política do Brasil tem a ver, no que se refere estritamente à separação política da Mãe Pátria, com os conflitos internos e domésticos do reino, provocados pelo impacto da Revolução Francesa, tendo mesmo ficado associado á luta civil que se trava então entre as novas tendências liberais e a resistência de uma estrutura arcaica e feudal contra as inovações que a nova Corte do Rio tentaria impor ao reino. (DIAS, 2005, p. 13).

Neste quarto e ultimo capítulo, o autor diz ser o “capítulo dos melhoramentos”, onde serão apresentadas alternativas para o fim da dominação dos escravos sobre a produtividade e civilidade do país. Nesse sentido, seria necessária a promulgação de Leis que, de fato, regulamentassem a situação dos escravos no Brasil.

Os governos das metrópoles promulgarão muitas leis em beneficio dos escravos, entretanto todos observão a inefficacia ou antes a nulidade d’estes regulamentos. N’aquellas em que os deixarão ao arbítrio dos proprietários, os magistrados que fizerão taes regulamentos forão os primeiros a violal-os (BURLAMAQUI, 1837, p. 100)

As leis deveriam limitar a ação dos proprietários em relação aos abusos dispensados aos escravos, no entanto, *“se ao senhor for prohibido o castigo debaixo de huma certa forma, ele o applicará debaixo d’outra, e tanto maior deve ser o desejo de maltratar, quanto mais restricta for a proibição”* (p. 101). Caberia assim, ao Legislador encontrar um meio legal pelo qual o senhor deveria exercer autoridade sobre o escravo. A presença e ação negra e escrava extravasou a esfera das atitudes cotidianas passíveis de serem criminalizadas e adentraram no jogo político, pela via de uma proposta liberal da representação, da legitimidade e do direito.

Burlamaqui diz só existir dois meios de evitar a crueldade contra os negros: a persuasão e a elaboração de um regulamento severo. Porém, tais armas tendem a fraquejar, pois a persuasão só tem efeito imediato e logo cai no esquecimento quando os interesses e os hábitos cegam. E o regulamento caracteriza-se – num país de escravos – com um atentado contra o direito dos senhores, que empregam todos os meios para anularem seus efeitos. Assim:

A vista d’isto confesso ingenuamente não sei quaes sejam os meios de melhorar a sorte d’esta infeliz raça; porque a vontade do senhor he para o escravo mais continua, mais extensa, e mais

forte, que toda a boa vontade ou os bons desejos da authority publica; porque finalmente a vontade do senhor he para o escravo huma Lei tão poderosa, que ella basta para paralyzar todas as outras, as da Religião, as da moral e as do governo. (BURLAMAQUI, 1837, p. 100)

A abolição da escravidão só seria possível se as autoridades públicas conseguissem regulamentar o cumprimento dos deveres e obrigações que impõem a Religião e a Lei. O desenvolvimento da agricultura, da indústria, do comércio e das atividades em geral é o tema principal desta parte do livro. Neste momento, o crescimento econômico se sobressai em relação à presença de escravos. O governo e as autoridades são constantemente incentivados a refletir sobre os problemas sociais e econômicos que impedem a prosperidade do país.

Para Hebe Maria Mattos, era estranho pensar em uma “cidadania brasileira”, mesmo após a emancipação em 1822, pois o país ainda comportava uma das maiores populações escravas das Américas. O Brasil surgia como nação moderna e a opção por uma monarquia constitucional de base liberal, teoricamente considerava todos os homens livres e iguais, mas apesar disso, a instituição da escravidão permaneceu garantida pelo direito de propriedade reconhecido na nova Constituição de 1824.

Frequentemente esta tem sido apontada como uma distorção típica do processo de emancipação política do Brasil, que teria se feito sob a égide do Príncipe português e sob o controle de proprietários de escravos. Nesse contexto, a manutenção da escravidão se tornaria o principal limite do pensamento liberal no Brasil, na chamada geração da Independência. Em algumas interpretações mais radicais, o liberalismo no Brasil monárquico seria considerado até mesmo como uma simples importação artificial de ideias europeias que, para além da defesa do livre comércio, pouco se adequavam à realidade brasileira. (MATTOS, 2004, p. 7- 8)

Este último capítulo não difere dos outros, apenas confirma a opinião do autor. Sempre há comparações com outras Nações. Nele, BURLAMAQUI delinea um caminho a ser seguido para alcançar o tão sonhado progresso nacional, apresentando soluções cabíveis aos problemas que afligem o país diante da escravidão. Os questionamentos em torno do atraso, da miséria, da falta de moral e de civilidade se repetem, acrescentou-se a este capítulo apenas um extenso e complexo panorama econômico, que vai muito além da escravidão. É certo que para Burlamaqui a ordem e o progresso são deturpados por esta prática “*immora*”, contudo, na parte final de sua “*memória*” os problemas perpassavam este obstáculo.

Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui conclui sua “*memória*” dizendo:

Finalmente, a escravidão oferece obstáculos taes à multiplicação das riquezas, a criação de novos agentes de prosperidade, de subsistencia e trabalhos proveitosos à massa da população, que, se os Povos entre os quaes ella se acha estabelecida não tivessem communição com as Nações livres e industriosas, em poucos anos descerão hum grau da escala da civilização mais baixo que os negros do centro do África: as suas casas serão barracas ou senzalas de palha; seus vestidos pelles de animaes; e por instrumentos de agricultura terião alguns ramos d’arvores, ossos, ou pedras. (BURLAMAQUI, 1837, p. 142)

Para concluir faço a mesma pergunta que dá nome ao Capítulo II desta análise, Frederico Leopoldo César Burlamaqui: abolicionista ou preconceituoso? Depois de analisar cada linha desta obra a resposta que cheguei é que nem só uma coisa, nem só outra, o autor apresenta um discurso multifacetado visando persuadir e agregar valor tanto aos interesses das elites, como das camadas populares e dos negros. O fato que Burlamaqui queria fazer enxergar é que a prática cruel da escravidão não poderia favorecer nenhuma das partes. As respostas de todos os questionamentos feitos no decorrer do texto pelo autor estavam, desde o início, todas visíveis, apenas cobertas por interesses que jogavam todo o “lixo” da escravidão para debaixo do tapete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo os quatro pontos definidos no programa do concurso, mas também indo além, ao questionar não só o tráfico negreiro, como o próprio sistema escravista, a Memória de Burlamaqui dedicava-se, por um lado, a convencer os indivíduos sensíveis a argumentos que diziam respeito à coletividade e à virtude; e, por outro, a demonstrar à classe egoísta dos homens que a escravidão era prejudicial aos seus próprios interesses. Burlamaqui dizia que tanto o tráfico como a escravidão eram desumanos e anticristãos, opostos à filantropia e à religião, pois reduziam a coisa seres humanos feitos à semelhança de Deus e os submetiam a todo tipo de violência física e moral, apesar de nada terem feito para receber tal tratamento.

Iam também de encontro às luzes do século, que consagravam a liberdade como direito natural inalienável de todo indivíduo. Depravavam a ética e os costumes, inoculando imoralidades e vícios no seio das famílias. Corrompiam mesmo as relações sociais, já que promoviam a injustiça e acostumavam uns a dominar e oprimir outros, estimulando uma guerra civil entre castas. Era, sobretudo, uma sólida barreira à efetiva formação de uma nação civilizada e homogênea, bem como à consolidação das instituições liberais. E, para aqueles que só tinham olhos e ouvidos para seus interesses particulares, dizia que a mão-de-obra escrava tornava aviltante o trabalho manual, estimulava o ócio e era menos produtiva e rentável que a livre, visto que o cativo não tinha qualquer motivação para laborar mais, imobilizava os capitais, consumia toda a riqueza dos senhores e não se ajustava ao uso de máquinas, impedindo, assim, o progresso da lavoura e indústria. Além disso, a escravidão gerava violência e revolta, colocando em risco a segurança dos senhores, de suas famílias e da sociedade em geral. Mas, embora se devesse cortar o mal pela raiz, a abolição não poderia ser feita de chofre, e sim dentro de um lento e gradual processo de emancipação. Este começaria com a conscientização dos senhores sobre os males da escravidão e pela preparação dos cativos para viverem em liberdade, passando pela libertação do ventre, pela criação de um fundo de emancipação e pela taxaço dos escravos urbanos (visando deslocá-los para o campo) e culminando com o incentivo público e privado à imigração estrangeira e com a adoção de máquinas (além, claro, do término efetivo do tráfico).

Se não chegou a propor a abolição imediata ou a curto prazo (nem mesmo os exaltados chegaram a tanto) e se não logrou sensibilizar a opinião pública, a obra de Burlamaqui foi, sem dúvida, o mais completo e contundente manifesto antiescravista saído das hostes da moderação.

Procurarei identificar as principais ideias encontradas ao longo dos primeiros dois capítulos do texto a respeito de “escravidão doméstica”, com o objetivo de estabelecer possíveis relações entre o governo da Casa e o governo do Estado. O motivo do recorte foi porque nestes capítulos se encontra de forma mais clara a discussão da ideia de escravidão para o autor enquanto os outros dois capítulos focam mais numa análise econômica da escravidão e no que fazer para acabar com a escravidão, respectivamente.

O autor diz ver a sociedade dividida em duas classes: uma, menos numerosa, é aquela que pensa de forma lógica e eficaz tendo assim a necessidade de mostrar os inconvenientes deste ou daquele abuso quando este tende a diminuir a prosperidade do país natal, desmoralizar seus cidadãos ou desestabilizar instituições virtuosas. A outra classe, talvez até dois terços do gênero humano, segundo o autor, seria a menos ilustrada e mais egoísta, que enxerga apenas o seu interesse e nada mais.

É interessante notar que, ao longo do capítulo I, há algumas passagens que invocam certa lusofobia ou pelo menos se aproveitam dela para fortificar os argumentos do autor. Burlamaqui afirma que quem começou com o tráfico e, até “hoje” (1837), quem mais se beneficiava do tráfico eram os portugueses. Ele afirma como o Brasil, apesar de independente politicamente de Portugal, continuava a enriquecer portugueses com o tráfico e faz crer que, sendo o tráfico um mal para o país, se tratava de uma forma de Portugal prejudicar sua antiga colônia. Além destas acusações, por mais de uma vez, ao analisar casos de escravidão em outras sociedades, o autor se pergunta o que seria de nos brasileiros “filhos da nação menos livre e menos culta da Europa”. Burlamaqui faz notar que não é possível acabar com a escravidão de maneira imediata. Há uma analogia que o autor faz comparando a situação à de um médico que deve convencer com cuidado e argumentos bons um homem da necessidade da amputação de uma perna para salvar-lhe a vida e dar ao homem longos anos de felicidade. É importante destacar que o autor é um dos últimos pensadores de uma corrente que defende o final do tráfico e da escravidão, pois a partir de 1837 a tendência será a defesa do tráfico. No

capítulo II, o autor discute os efeitos que a escravidão doméstica causa na sociedade. Podem-se dividir as questões em três pontos principais: A primeira é que a escravidão gera a ociosidade. Uma sociedade escravista é, pela lógica, uma sociedade dividida entre livres e não-livres e, portanto, uma sociedade em que a propriedade de um escravo logo se torna um bem precioso e fundamental a cada membro da sociedade.

Um homem, segundo o autor, empregaria todo o seu esforço e trabalho para conseguir comprar um ou dois escravos, mas uma vez de posse do escravo cairia na ociosidade e todo esforço de antes seria esquecido. Uma sociedade com escravos é uma sociedade onde o trabalho é desprezado, e não trabalhar é considerado um sinal de nobreza. Chega ao ponto de ser prejudicial quando, no exemplo mostrado pelo autor, ele cita um homem que diz passar fome e ter uma família para criar, mas não ser capaz de exercer o comércio, a agricultura ou a indústria, pois é militar e, portanto, nobre. Seu filho ou outro descendente diria o mesmo e assim, mesmo sem poder sustentar a família, os velhos hábitos prevalecem pelo peso dos cargos. O autor aponta que estes casos eram especialmente verdade dentro de famílias descendentes dos antigos colonos, cheios de prejuízos desde o seu nascimento. Ele afirma que as únicas profissões consideradas nobres são a carreira militar ou o funcionalismo público. Afirma que, se pensarmos em aristocracia não como títulos, mas sim como pessoas que vivem como zangões, à custa dos outros, então pode-se afirmar que a sociedade brasileira tem infinitamente mais aristocratas do que a Europa da época, pois todos os homens livres do Brasil têm escravos ou aspiram a tê-los e, pelos recursos do país, sempre os conseguem.

O segundo grande efeito que a escravidão gera na sociedade é a questão da mentalidade despótica. Outros contemporâneos do autor que defendem a escravidão comentaram como a escravidão ordena a sociedade, criando uma estrutura hierárquica dentro da casa com o chefe de família no topo. Afirmam que esta estrutura se transmitiria para a sociedade, ordenando-a e civilizando-a e apontava-se para os Estados Unidos, citando o fato de que a maior parte dos presidentes vinha do sul escravista. Em parte o autor concorda com estas afirmações. De fato ele afirma que a escravidão realmente gera uma sociedade mais voltada para os cargos políticos e mais ordenada. O problema que Burlamaqui aponta era que a relação prevalecente na Casa que seria transmitida ao Estado era a relação do poder do déspota, pois o pai de família, na sua casa com seus

escravos, exercia justamente um poder despótico. Desta forma o déspota aspiraria por continuar a exercer seu poder sob outros e assim iria em busca de cargos políticos e, uma vez os conseguiu, exerceria seu poder no governo do Estado da mesma maneira que exerce seu poder no da casa: como um déspota.

O terceiro ponto é a questão da violência e como ela acaba sendo banalizada dentro de uma sociedade escravista. O autor comenta como em muitas ruas se podem ouvir os gritos agonizantes dos escravos sendo castigados e ninguém se comporta como se algo de anormal estivesse acontecendo. Há um relato de um viajante holandês que ficou horrorizado ao conversar com alguns brasileiros que se vangloriavam sobre os castigos cada vez mais cruéis que pregavam contra seus escravos, afirmando múltiplas justificativas de como aquele ato (dito sádico pelo holandês) podia ser justificado e comentando seu interesse pelo tráfico de escravos como um todo.

A própria família se corromperia graças a esta violência. Não era difícil de imaginar acontecer, segundo o autor, de um senhor ter relações com uma escrava e depois a filha desta escrava ter relações com o filho do senhor, apesar do parentesco inegável pelo (normalmente) fácil reconhecimento de quando o filho da escrava era do senhor. Sem falar da questão das senhoras e como o ciúme delas para com as escravas, constantes alvos dos senhores para relações sexuais, fazia com que elas exercessem a violência sob as escravas, agravando o ciclo.

A violência contra os escravos e sua banalização inevitavelmente, segundo o autor, se transmitiria para a sociedade. A violência nas ruas se torna mais cruel, sendo o uso da faca algo tão comum na sociedade, um reflexo disto, cada um quer se provar estar acima do outro e, se dada a oportunidade, vai presentear o inimigo da vez com castigos semelhantes aos aplicados a um escravo.

O próprio homem livre poderia se tornar um perigo na sociedade escravista segundo o autor. As classes laboriosas, tendo suas condições de vida prejudicadas por causa da concorrência com a escravidão, cresceriam odiosas daqueles que possuíam escravos (por mais que eles também tentassem obtê-los) e assim ficariam sujeitos a talvez apoiar algum tirano que lhes promettesse mais, tal qual Mário, César e Nero teriam feito em Roma, segundo o autor.

É possível entender que a escravidão doméstica para o autor esta ligada, e até mesmo define, à sociedade imperial brasileira. A escravidão para Burlamaqui gera a mentalidade déspota entre os políticos, gera a banalização da violência e

gera a ociosidade que toma conta da sociedade. Não é por menos que no começo do texto o autor se referiu à escravidão como uma perna gangrenada a ser amputada de uma pessoa que tem que ser convencida que a amputação lhe traria felicidade nos anos que viriam. Sem a escravidão o Império torna-se deficiente, não anda mais corretamente porque lhe falta algo essencial para caminhar. Para o autor a liberdade deve ser a Nação e a sociedade livre – sendo a liberdade o oposto do despotismo. A escravidão fica, portanto, como uma continuação da ordem colonial.

A experiência que Burlamaqui adquiriu a frente de Organizações Públicas, nas quais desempenhou papel fundamental, o fez desenvolver um pensamento à frente de sua época, e embora seu discurso, em muitos momentos demonstre preconceito, ele abriu mão da “comodidade” da escravidão em prol do verdadeiro desenvolvimento da Nação. O fato, é que foi por conta de intelectuais precursores de tal pensamento no Brasil, como Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, que os ideais abolicionistas posteriormente, ganhou força. O “passado negro” do Brasil deve ser estudado e entendido, e não camuflado ou justificado, pois, a meu ver, as justificativas para tão sombria prática, que outrora parecia indispensável, em nada ameniza o horror e os efeitos que ainda hoje se fazem presente na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. **O Jogo da Dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo, 2009.

AZEVEDO, Célia Marinho M. **Onda negra, medo branco: O negro imaginário das elites – Séc. XIX**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2004. v. 1

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política. Teatro das Sombras: a política imperial**. 5ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, Michel de. **“A Cultura no Plural”**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP. Papyrus, 1995.

_____. **A Escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4º ed. Fundação Editora da UNESP: São Paulo, 1998.

_____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8º ed. Fundação Editora UNESP: São Paulo, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. Editora Alameda. São Paulo, 2005.

LOVEJOY, Paul E. **“A Escravidão na África: uma história de suas transformações”**. Tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico**. il. Descobrimo o Brasil. 2.ed. Jorge Zahar Ed: Rio de Janeiro, 2004.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser Escravo no Brasil**. editora brasiliense: São Paulo, 2003.

NASCIMENTO, Washington Santos. **Além do medo: a construção de imagens sobre a revolução haitiana no Brasil escravista (1791 – 1840)**. Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria. v. 10, n.18, jul. - dez. 2007, p. 469-488

RUSSELL-WOOD. A. J.R. **Escravos e Libertos no Brasil Colonial**. 1. Ed. 1939. Tradução Maria Beatriz Medina. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2005.

SILVA. Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: cultura e política na Teresina da Segunda Metade do Século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas- Bahia, 2008.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. **A Independência da Brasil**. Jorge Zahar Ed. Rio de Janeiro, 2000.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **“Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX”**. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.

_____. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. Companhia das Letras: São Paulo, 1957.

SCHULTZ, Kirsten. **Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1821**. Dossiê: 24 tempo, 2007.

FONTES:

BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL. Disponível em:

<<http://www.museunacional.ufrj.br/MuseuNacional/Principal/DIRETORES>> Acessado em 20/10/2014 às 17:08

AGOSTINHO, Michele De Barcelos. **A Revista Arquivos e a Biblioteca do Museu Nacional: Espaços de Circulação e Conservação das Ciências Naturais no Brasil Imperial**. Disponível em:

<<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/574/489>>

acessado em 22/07/2014 às 20:36

BEDIAGA, Begonha; DRUMMOND, Renato Pizarro. **Cronologia Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibrj.gov.br/publica/cronologia.pdf>>

acessado em 21/11/2014 às 20:13

BURLAMAQUI, Frederico L. Cesar. **“Memoria Analytica á Cerca do Commercio d’Escravos”**. Typographia Commercial Fluminense. Rio de Janeiro, 1837.

Dicionário de famílias brasileiras, disponível em:

<<http://pagfam.geneall.net/2762/pessoas.php?id=1063802>> acessado em

22/07/2014 às 19:35

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira. EWBANK, Cecilia de Oliveira. SILVA, Marina Jardim. e HENRIQUES, Deise Dias Rêgo. **“Uma lembrança de infância: os “fósseis colossais” e o papel de Frederico Leopoldo César Burlamaque como primeiro paleontólogo brasileiro”**. Disponível

em: <<http://www.abfhib.org/FHB/FHB-05-2/FHB-v05-n2-13.html>> acessado em

22/07/2014 às 20:57

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. **Ciência e tecnologia no Brasil Imperial Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908)**. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010487752005000200010>

acessado em 22/07/2014 às 19:55

Hemeroteca digital disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>> acessado em 20/11/2014 às 18:32.

Imagem disponível em:

<<https://www.google.com.br/search?q=federico+leopoldo+cesar+burlamaqui>>

acessado em 07/07/2014 às 14:35

MOREIRA, Heloi José Fernandes. e SANTOS, Nadja Paraense Dos. **Teria A Escola Central Contribuido Para O Desenvolvimento Da Ciência No Brasil?** disponível em: <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh3/trabalhos/heloi1.pdf>>

acessado em 22/07/2014 às 20:12



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
 Monografia
() Artigo

Eu, Rayara Moura Herculano,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
A Escravidão Doméstica no Brasil: Uma análise
sob o olhar de Frederico Supelbo Lejar Burlamaqui
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 12 de março de 2015.

Rayara Moura Herculano
Assinatura

Assinatura